ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES

Gustavo Plakitka

A RELEVÂNCIA DO EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM PATRULHAS DE RECONHECIMENTO CONTRA CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS NA AMAZÔNIA

Resende
2022

Gustavo Plakitka

A RELEVÂNCIA DO EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM PATRULHAS DE RECONHECIMENTO CONTRA CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS NA AMAZÔNIA

Monografia apresentada as Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Orientador: 1º Tenente Gustavo Alexandre de Almeida

Resende
2022

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: A relevância do emprego do pelotão de infantaria de selva em patrulhas de reconhecimento contra crimes transfronteiriços na Amazônia.
AUTOR: Gustavo Plakitka

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Resende, 22 de julho de 2022.
Cad Gustavo Plakitka

Dados internacionais de catalogação na fonte

P698r PLAKITKA, Gustavo

A relevância do emprego do pelotão de infantaria de selva em patrulhas de reconhecimento contra crimes transfronteiriços na Amazônia. / Gustavo Plakitka – Resende; 2022. 65 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Gustavo Alexandre de Almeida

TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2022.

1.Amazônia 2.Crimes transfronteiriços 3.Selva 4.Pelotão de infantaria 5.Patrulhas de reconhecimento I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Jurandi de Souza CRB-5/001879

Gustavo Plakitka

A RELEVÂNCIA DO EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM PATRULHAS DE RECONHECIMENTO CONTRA CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS NA AMAZÔNIA

Monografia apresentada as Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Aprovado em 18 de Abril de 2022:

Banca examinadora:

1º Tenente Gustavo Alexandre de Almeida
(Presidente/Orientador)

1º Tenente Lucas Assis Fagundes

1º Tenente Jorge Kaique Branco Gonçalves

Resende
2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por sempre estar do meu lado, até nos momentos em que duvidei de sua presença, pela minha vida, pelas minhas lutas e pelo aprendizado de que em cada batalha há um crescimento interno, independentemente da vitória ou derrota.

Agradeço à minha família, em especial meu pai, minha mãe, irmão, irmã, meu avô Oscar e a minha avó Odete, que desde o primeiro dia em que decidi ser militar me apoiaram, muitas vezes provendo mais do que eles mesmos tinham para si. A conclusão desse curso está diretamente ligada a eles, sem o apoio de vocês eu certamente não chegaria ao final.

Aos meus instrutores ao longo desses 5 anos, tanto os diretos (meus comandantes de pelotão, em especial o então Tenente Júnio e Tenente Argolo) como os indiretos, que me passaram qualquer conhecimento. Por meio de uma cobrança rígida, ríspida e austera me ensinaram que sempre poderia ser melhor, que meu potencial pode sempre ser melhorado e meus limites físicos e mentais podem ser sempre ultrapassados.

Meus amigos, como me ajudaram a superar as dificuldades da nossa academia. Por meio da fraterna convivência me apoiaram nos piores momentos, demonstrando que apesar de errarmos ainda podemos fazer o certo, buscando melhorar e executar o correto na próxima tentativa. Apoiando-me nas noites infindáveis e nos dias mais cansativos, demonstraram a camaradagem que todos nós, oficiais, devemos possuir, pois ninguém se forma sozinho. Não tenho palavras para agradecê-los, vocês também estão ligados diretamente ao meu sucesso na formação de oficial. Quantas mochilas carregamos juntos em noites intermináveis. Destaco também, não somente meus pares, mas os mais antigos e mais modernos que, mesmo sendo de outra turma, me apoiaram em diversos momentos.

Por fim, agradeço a toda palavra amiga ou inimiga nos momentos em que prevariquei e nos que obtive sucesso, pois, sendo como sou, obtive um novo aprendizado, extraindo o melhor de cada situação.

RESUMO

A RELEVÂNCIA DO EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM PATRULHAS DE RECONHECIMENTO CONTRA CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS NA AMAZÔNIA

AUTOR: Gustavo Plakitka
ORIENTADOR: Gustavo Alexandre de Almeida

A região Amazônica é vasta em sua fauna e flora, região pouco habitada pelo homem, com grandes vazios demográficos e uma baixa presença do Estado. Devido as suas características naturais é alvo dos criminosos que passaram a utilizar das vias fluviais, baixa presença estatal, grande riqueza natural e da proximidade com outros países para a prática de atividades ilegais. Dentre elas, as principais ocorrências encontradas na região com características de internacionalidade estão os crimes de contrabando, descaminho, tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico ilegal de animais silvestres, garimpo ilegal de ouro e desmatamento em conjunto com o comércio ilegal da madeira. Portanto, de forma a mitigar tais ações e garantir a soberania Estatal sobre a região, os pelotões de infantaria de selva são empregados como ferramentas governamentais, empregando as patrulhas de reconhecimento como forma de demonstração de presença na área, meio de obtenção de informações para auxiliar o escalão superior e como meio de comedir os crimes presentes na selva. Assim sendo, este trabalho tem por objetivo verificar a relevância que tais patrulhas de reconhecimento realizadas pelos pelotões de infantaria de selva possuem no combate aos crimes transfronteiriços na Amazônia. Buscou-se compreender também quais as dificuldades encontradas pelos militares que lá operam e que por consequência facilitam os crimes na região. Ao final, é apresentada uma conclusão a respeito do objetivo proposto e a sugestão de novos assuntos sobre o tema.

Palavras-chave: Amazônia. Crimes transfronteiriços. Pelotão de infantaria. Patrulhas de reconhecimento. Selva.

ABSTRACT

THE RELEVANCE OF THE EMPLOYMENT OF THE JUNGLE INFANTRY PLATOON IN RECONNAISSANCE PATROLS AGAINST CROSS-BORDER CRIMES IN THE AMAZON

AUTHOR: Gustavo Plakitka
ADVISOR: Gustavo Alexandre de Almeida

The Amazon region is vast in its fauna and flora, a region little inhabited by man, with large demographic gaps and a low state presence. Due to its natural characteristics, it is the target of criminals who have started to use the waterways, low state presence, great natural richness and the proximity to other countries to practice illegal activities. Among them, the main occurrences found in the region with characteristics of internationality are the crimes of smuggling, smuggling, drug trafficking, weapons trafficking, illegal wildlife trafficking, illegal gold mining, and deforestation in combination with the illegal trade of wood. Therefore, in order to mitigate such actions and guarantee State sovereignty over the region, the jungle infantry platoons are employed as governmental tools. They employ reconnaissance patrols as a way to demonstrate their presence in the area, as a means of obtaining information to assist the higher echelon, and as a means of curbing the crimes that are present in the jungle. Therefore, this work aims to verify the relevance that these reconnaissance patrols carried out by the jungle infantry platoons have in combating transborder crimes in the Amazon. It also seeks to understand the difficulties encountered by the military that operate there and that, consequently, facilitate crimes in the region. At the end, a conclusion is presented regarding the proposed objective and the suggestion of new subjects about the theme.

Keywords: Amazon. Cross-border crimes. Infantry platoon. Reconnaissance patrols. Jungle.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Norte 14
Figura 2 – Rios da Amazônia 15
Figura 3 – Denominações regionais da hidrografia 16
Figura 4 – Relevo amazônico 18
Figura 5 – Características da vegetação 21
Figura 6 – Redes e fluxos do narcotráfico na Amazônia 24
Figura 7 – Rotas do narcotráfico no Rio Amzonas 26
Figura 8 – Desdobramento estratégico das FARC 27
Figura 9 – Áreas estratégicas das FARC 27
Figura 10 – Principais vias de escoamento da região Norte 31
Figura 11 – Principais rotas do tráfico terrestre na região Norte 32
Figura 12 – Organograma de uma patrulha de reconhecimento de ponto 37
Figura 13 – Organograma de uma patrulha de reconhecimento em área 38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Posto dos entrevistados.....49
Gráfico 2 – Tempo de permanência na selva.....50
Gráfico 3 – Experiência com PEF.....50
Gráfico 4 – Prática de missões reais em um ano.....51
Gráfico 5 – Missões executadas contra crimes transfronteiriços.....51
Gráfico 6 – Patrulhas de reconhecimento executadas.....52
Gráfico 7 – Crimes transfronteiriços presenciados.....53
Gráfico 8 – Correspondência entre as características da selva e os crimes na região.....54
Gráfico 9 – Opinião quanto ao efeito das patrulhas de reconhecimento.....55
Gráfico 10 – Relevância das patrulhas de reconhecimento.....55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
APOP	Agente Perturbador da Ordem Pública
BI 4	Base de Instrução 4
CF/88	Constituição Federal de 1988
CIA	*Central Intelligence Agency*
CMT PA	Comandante da Patrulha
CMT PEL	Comandante de pelotão
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DHN	Divisão hidrográfica Nacional
DTVM	Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários
EB	Exército Brasileiro
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FFAA	Forças Armadas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LC	Lei Complementar
OCCA	Operação de Coordenação e Cooperação com Agências
PA	Patrulha
PBCFlu	Posto de bloqueio e controle Fluvial
PBCVU	Posto de bloqueio e Controle de Via Urbana
PF	Polícia Federal
SUFRAMA	Superintendência da zona franca de Manaus
TTP	Técnicas táticas e procedimentos
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
1.1 OBJETIVOS 12
1.1.1 Objetivo geral 12
1.1.2 Objetivos específicos 12
2 REFERENCIAL TEÓRICO 13
2.1 REGIÃO AMAZÔNICA 13
2.1.1 Hidrografia 14
2.1.2 Relevo e Geomorfologia 17
2.1.3 Recursos minerais 19
2.1.4 Fauna e Flora 19
2.2 CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS NA REGIÃO NORTE 22
2.2.1 Tráfico Internacional de Drogas 23
2.2.2 Descaminho e Contrabando 28
2.2.3 Tráfico de Armas 29
2.2.4 Tráfico Ilegal de Animais Silvestres 30
2.2.5 Garimpo ilegal e sua exportação 32
2.2.6 Tráfico ilegal de madeira 33
2.3 PATRULHAS 34
2.3.1 Patrulhas de reconhecimento 36
2.3.2 Patrulhas com características especiais 39
2.3.3 Ações subsidiárias em faixa de fronteira 41
2.3.4 Patrulhas em ambiente de selva Amazônica 43
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO 46
3.1 METODOLOGIA 46
3.2 TIPO DE PESQUISA 46
3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA 47
3.3.1 Questionário 47
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 57
REFERÊNCIAS 58
ANEXO A - QUESTIONÁRIO 62

1 INTRODUÇÃO

A região amazônica é vasta em sua natureza e rica em seus solos, sendo uma das coordenadas mais cobiçadas por todo o mundo do século XXI. Não por coincidência, essa parte do país foi posta em evidência por vários geopolíticos brasileiros desde 1960 até os dias atuais. Grandes nomes como: General Meira Matos, General Golbery do Couto e Silva, a professora Therezinha de Castro e a professora Bertha Becker são exemplos de exímios pensadores sobre a importância da Amazônia para o Brasil. Todos possuíam a ideia de ocupação dessa região e de suas fronteiras por parte do estado e consequente atração da população. Ações que obtiveram como resultado o Projeto Calha Norte, a mudança de diversas OMs no Brasil para o Norte, entre outros. Assim sendo, apesar dessas ideias, por ser inestimável e com um vazio demográfico, a porção Norte do Brasil é um grande alvo por parte de criminosos, que buscam de toda forma explorar e extrair lucro às custas da ausência do Estado em partes mais remotas.

Devido às características da região, transgressores se utilizam da dificuldade de fiscalização para a execução de suas práticas ilegais, inclusive transpondo a fronteira do Brasil com os demais países da região, tudo em prol de um retorno financeiro maior. Crimes como narcotráfico, desmatamento, contrabando, descaminho, garimpo ilegal e tráfico de animais silvestres são recorrentes, tendo em vista a vasta área coberta por grandes árvores e a falta de habitantes na maior parte dos locais, inclusive com dificuldade de acesso, sendo necessário, muitas vezes, alguma embarcação, aeronave ou até o deslocamento na mata a pé durante dias.

Desse modo, o Estado brasileiro como agente garantidor da Lei e da Ordem, tem o dever de impedir que tais fatos ocorram. Para cumprir essa missão, emprega as tropas de infantaria de selva, inclusive outras forças de segurança pública, espalhadas por diversas Organizações Militares na parte fronteiriça, além de se utilizar dos Pelotões Especiais de Fronteiras como ferramentas ao combate criminoso.

Baseado nisso, surgem as seguintes indagações: Quais as características da região? Quais são os crimes praticados na área? Como são empregados os pelotões de infantaria de Selva no combate aos crimes transfronteiriços? Quais são as dificuldades encontradas durante a execução de suas missões? Há uma relevância no emprego dos pelotões de infantaria de selva em patrulhas de reconhecimento para o combate aos crimes transfronteiriços na Amazônia?

Com base nessas indagações, este trabalho busca como objeto de estudo compreender a relevância do emprego dos pelotões de infantaria de selva em patrulhas de reconhecimento contra os crimes transfronteiriços na Amazônia de forma a os mitigar. Para solucionar, portanto, tais questionamentos, este trabalho se dividiu, no seu referencial teórico (obtido principalmente por meio de livros, documentos, manuais militares, revistas e notícias), na busca das características da região de selva amazônica, na busca pelos crimes transfronteiriços praticados nesse mesmo local e no emprego dos pelotões de infantaria no ambiente de selva em patrulhas e uma rápida observação a respeito de algumas missões subsidiárias. A fim de compreender as dificuldades encontradas durante a prática das missões, utilizou-se da mescla das características da área com a opinião de militares que já operaram na mesma. Por fim, obteve a resposta da relevância dos pelotões no combate aos crimes transfronteiriços por meio da opinião de militares que já atuaram na região.

A relevância deste trabalho se encontra no fato de estudar a influência que as patrulhas de reconhecimento e inclusive outras missões que são executadas pelo Exército Brasileiro possuem no combate aos crimes transfronteiriços praticados na região de floresta Amazônica, local em que criminosos se utilizam das características do ambiente para a execução de seus atos ilegais. Assim, coleta informações a respeito do ambiente em que as tropas atuam, os crimes observados em tal área, as TTP das patrulhas em missões de reconhecimento e algumas ações subsidiárias, que possuem influência ao combate desses crimes. Tudo com o objetivo final de compreender a real importância que tais patrulhas possuem para comedir os crimes na área de floresta Amazônica, podendo este estudo ser futuramente utilizado como base para demais pesquisas.

Esta monografia se justifica na importância do conhecimento sobre a atuação das tropas de infantaria de selva nesse ambiente operacional para entendimento de suas dificuldades e compreensão do trabalho executado diariamente no combate ao crime organizado de forma a auxiliar os futuros oficiais que venham operar na região. A pesquisa tem como propósito evidenciar a relevância de estar preparado para atuar nos casos de combate à criminalidade na selva visando, assim, o aprimoramento técnico profissional, atributo essencial no âmbito da profissão militar.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, na seguinte ordem:

O primeiro capítulo expõe a introdução, com um breve histórico da região amazônica, uma análise a respeito dos crimes, dos motivos pelo qual são praticados especificamente nesse local, das dificuldades de se operar nessa área, a formulação do problema, a justificativa e a

relevância para a realização da pesquisa e uma orientação dos objetivos geral e específicos que são indispensáveis na conclusão do trabalho.

O referencial teórico compõe o segundo capítulo, no qual é apresentado informações da pesquisa bibliográfica que amparam a solução do problema, de modo que o leitor possua um embasamento para a compreensão das conclusões posteriores, as quais buscam à solução da problematização apresentada.

No terceiro capítulo é apresentado o referencial metodológico, que demonstra a metodologia empregada, o tipo de pesquisa realizada para a coleta de dados e o instrumento da pesquisa como método para sua execução.

O quarto capítulo expõe os resultados obtidos nas pesquisas e a análise de tais resultados. Ainda, correlaciona a teoria levantada pelo referencial teórico com a pesquisa a fim de atingir os objetivos iniciais.

O quinto é o último capítulo e elucida ao leitor, com base em todo o trabalho e os seus estudos realizados, a conclusão final inferida por meio dos últimos capítulos, visando responder ao objetivo da pesquisa e sugerir novos estudos sobre o assunto.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Compreender a relevância do emprego dos Pelotões de Infantaria de selva em Patrulhas de reconhecimento contra os crimes transfronteiriços na Amazônia.

1.1.2 Objetivos específicos

Compreender o ambiente amazônico e as dificuldades existentes para se fiscalizar a área.

Analisar os crimes transfronteiriços praticados que usufruem das características da região.

Compreender e analisar as missões de reconhecimento, à luz do manual EB70-CI-11.450, recebidas e executadas pelo Exército Brasileiro como ferramenta para mitigar ações dos crimes transfronteiriços.

Demonstrar a importância de tropas do Exército na região amazônica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 REGIÃO AMAZÔNICA

As regiões geográficas com características de selva se encontram entre os trópicos de capricórnio e de câncer, onde os ventos carregados de umidade, chamados de ventos alísios, garantem sustentabilidade à vasta vida de animais e plantas. O solo, por sua vez, é relativamente pobre em nutrientes devido à larga quantidade de chuvas. O que acaba mantendo e sustentando a vasta biodiversidade são as folhas que caem no chão, plantas e animais mortos, troncos caídos, entre outros, que se tornam adubo ou comida para as demais espécies. Sendo o continente americano a possuir a floresta Amazônica, a mais vasta do mundo com a maior biodiversidade e bacia hidrográfica do planeta, ocupando parte nos territórios do Brasil (por sua vez, possuindo uma parte de 67% do total dessa hileia latifoliada), Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia, e a selva da américa central. Para descrição de suas características, vale a citação do manual de sobrevivência na selva, redigido pelo próprio Exército.

> A Selva AMAZÔNICA cobre os Estados do AMAZONAS, do PARÁ, do ACRE, do AMAPÁ, de RORAIMA, de RONDÔNIA e do TOCANTINS e penetra, ainda, nos Estados do MARANHÃO e MATO GROSSO, perfazendo uma área aproximada de 5 milhões de quilômetros quadrados, o que representa 57,72% da superfície do BRASIL. Entretanto, nessa imensidão, a densidade populacional não atinge a 4 (quatro) habitantes por quilômetro quadrado. Em tais dados, não estão computadas as porções florestais que se estendem pelos países vizinhos, quer ao norte, quer a oeste, onde predominam também as mesmas características de vegetação. (EB - SOBREVIVÊNCIA NA SELVA IP 21 80, 1999, p. 1-3).

O IBGE determinou de Bioma Amazônia como o possuidor de uma área total de 4.196.943 Km², correspondente a 49,2% de todo o território nacional (IBGE/MMA, Mapa de Biomas do Brasil - Primeira Aproximação, 2004). Esse Bioma ocupa os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Esse órgão ainda considera outra classificação conhecida como Amazônia legal. Essa área corresponde a 8 estados, sendo eles o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, bem como pelos municípios do estado do Maranhão situados na porção oeste do Meridiano 44º, o que abrange um total de 61% do território nacional. Divisão realizada com base na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM – definida conforme o Art.2º da Lei Complementar n. 124, de 03 de janeiro de 2007. Contudo, o foco deste trabalho apenas se

concentra nas regiões fronteiriças que contém como bioma a floresta ombrófila, conforme a figura a seguir:

Figura 1 – Região Norte

Fonte: IBGE (2019)

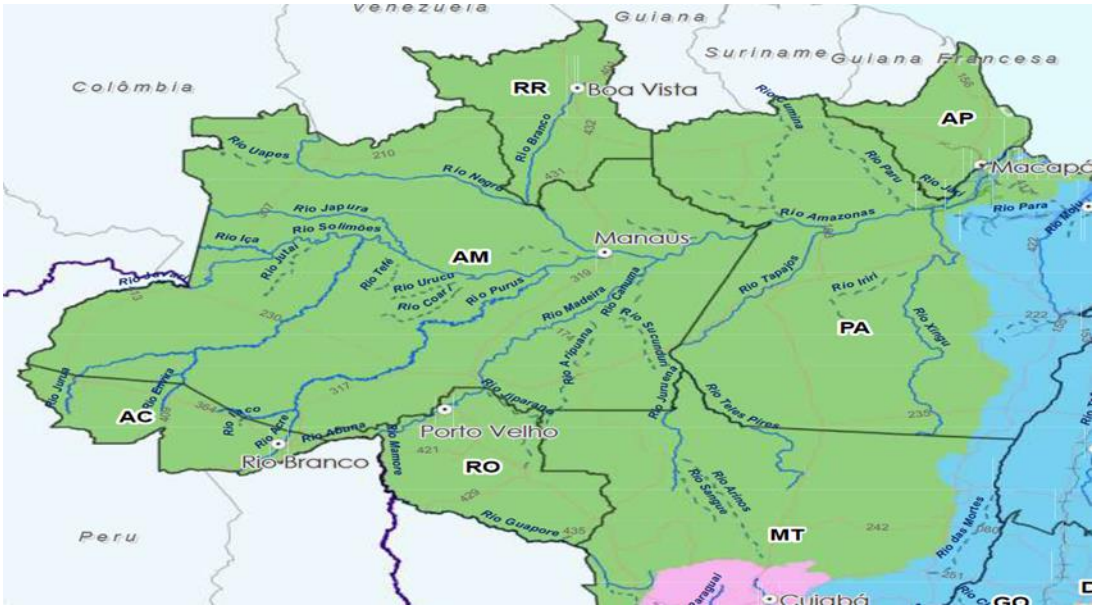
O Brasil, segundo a *Central Intelligence Agency* (2022), possui uma fronteira de 16.145 km com demais países vizinhos, com uma distância de fronteira de 12,461 km somente na região amazônica, ou seja, 75% do seu total fronteiriço pertence a essa vasta fronteira. Isso demonstra a energia que deve ser dispendida pelo Estado para sua proteção contra os demais países vizinhos.

2.1.1 Hidrografia

O Rio Amazonas, segundo o IBGE, é o mais extenso do mundo, com 6.580 km de comprimento. Tem seu início no Peru, na Cordilheira de Chila, onde se encontra a Quebrada Apacheta, um córrego que é a principal vertente do Rio Amazonas com uma altitude de 5.600 metros do nível do mar. Ao nascer na cordilheira, recebe o nome de *Apurimac*, que, seguindo seu curso de Oeste para Leste, se encontra com o Rio Urubamba e recebe o nome *Ucayalli*. Esse rio, por sua vez, ao chegar na região de floresta latifoliada, se une a outro rio denominado de *Marañón*. Por fim, esse rio, ao chegar no Brasil, recebe o nome de Solimões, que a 30 km da cidade de Manaus passa a se chamar de Rio Amazonas, o principal rio de toda a Região Norte. Assim, fica dividido da seguinte forma: a Região Hidrográfica Amazônica

possuiu a Bacia do Rio Amazonas que detém como curso principal o Rio Amazonas, esse, por sua vez, contém como principais afluentes os rios Negro, Madeira, Tapajós e Xingu. Ainda há outros rios na Região Hidrográfica Amazônica, como o Rio Trombetas, Purus, Javari, Japurá, Paru e Oiapoque. Podendo ser observado inclusive outros rios, conforme nas imagens abaixo:

Figura 2 – Rios da Amazônia



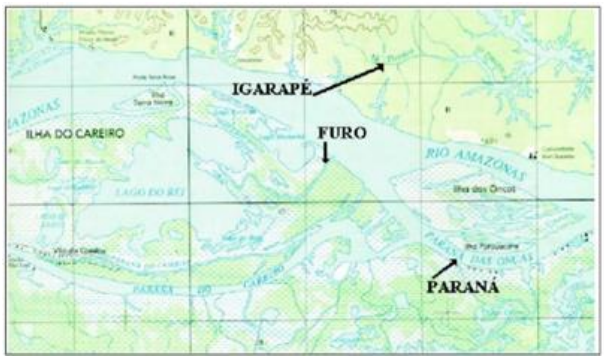
Fonte: SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (2021)

Agora, sob a perspectiva das definições do Manual de Sobrevivência na Selva (IP 21-80), a bacia amazônica possuiu uma área de 6 milhões km², sendo 70% dela presente no território brasileiro, equivalente à 4,2 milhões km², com o restante distribuído entre a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana.

As águas que nesse território percorrem recebem denominações regionais conforme sua coloração, segundo o Manual de Sobrevivência na Selva (IP 21-80), podendo ser classificada em uma das três: como rios brancos, negros ou de águas claras. Os rios brancos (ou barrentos) têm uma coloração fracamente amarelada devido ao transporte de argila em suspenção e têm como característica a instabilidade dos seus leitos como resultado das vazantes e cheias que causam a erosão de sua margem. Podemos citar como exemplos os rios Amazonas, Madeira, Branco e o Trombetas. Os negros, por sua vez, possuem uma cor preta devido à decomposição da matéria orgânica. O próprio Rio Negro é um exemplo. Por fim, os rios de águas claras possuem uma coloração verde esmeralda e leito de areia branca. Composto pelos rios Tapajós, Verde e Xingu.

Outra característica da região são as denominações aos percursos que a água pode fazer a partir dos rios, como os paranás, furos e igarapés. Segundo o manual IP 21-80, o primeiro é um braço do rio principal, geralmente navegável, que sai e retorna ao seu curso natural criando ilhas ao seu redor. Furos, por sua vez, são caminhos estreitos que a água percorre ligando um rio à um lago ou ligando dois rios. Alguns inclusive são navegáveis, como, por exemplo, o furo de Breves. Por fim, igarapés, que em Tupi Guarani significa caminho d'água, são cursos d'água estreitos que se embrenham na mata. Como exemplo visual, basta observar a seguinte imagem:

Figura 3 – Denominações regionais da hidrografia



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (1999)

Além dos rios, há os lagos, divididos em duas categorias: os de várzea e os de terra firme. O primeiro pode ser descrito como lagos "temporários", os quais são formados pela época de cheia, ocupando as regiões de depressão das planícies aluviais. Geralmente rasos, acabam prendendo peixes na época de vazante, com a diminuição do seu tamanho ou até sua extinção, impedem os peixes que ali entraram de retornarem para os rios. Os lagos de terra firme são encontrados em terras altas que possuem depressões (consequência das erosões causadas pelas chuvas). São cercados por uma margem mais alta, rodeados de selva e neles é que, geralmente, vários pequenos rios desaguam.

Em algumas épocas do ano ocorre o fenômeno conhecido como cheia e vazante. O primeiro geralmente acontece de fevereiro a julho, com o mês de maio garantindo o ápice, e é nesse período em que se pode observar os igarapés e igapós. Já o seu oposto ocorre durante os meses de agosto a janeiro, com seu apogeu em outubro, quando muitos rios somem da região.

2.1.2 Relevo e Geomorfologia

A geomorfologia e o relevo se demonstram uma análise pertinente a partir do momento em que se compreende sua importância no meio econômico. Os seus estudos permitem o poder de identificar as possibilidades e restrições físicas de cada terreno, buscando sempre responder perguntas relativas ao uso econômico e exploração eficiente. Portanto, observar essa temática se faz necessário para compreender a magnitude presente no Norte e porque é visada por todos como inestimável.

Geomorfologia é a geografia física que busca explicar o relevo terrestre atual com base em análises de sua evolução. Segundo Dantas e Maia (2010), no estado do Amazonas, a maior parte do terreno possui pequenas cotas que não ultrapassam 200 metros, somente na região mais ao norte que iremos encontrar cotas com mais elevadas como no caso do Pico da Neblina que possui 2.995,30 metros (segundo revisão publicada pelo IBGE em 2015), localizado próximo à fronteira com a Venezuela.

Como forma de facilitar a compreensão do território, esses autores dividiram o território amazonense em nove compartimentos geomorfológicos (DANTAS; MAIA, 2010), sendo que os principais domínios geomorfológicos são a Planície Amazônica, tabuleiro da Amazônia Centro-Ocidental e o domínio Colinoso da Amazônia Centro-Oriental, com as superfícies aplainadas do Norte da Amazônia realizando fronteira com Venezuela e Colômbia.

Segundo as definições de características do IBGE, o relevo é a forma da superfície terrestre, que apresenta variação de nível de um lugar para o outro. Dividindo o país em 3 principais formas de relevo: planalto, planície e depressão. Na década de 1970, acreditava-se que a Amazônia era uma grande planície, devido à vista aérea, em que todas as árvores estavam com a mesma altura. Contudo, isso se demonstrou equivocado.

A Planície Amazônica, conforme estudo de Dantas e Maia (2010), é dividida em planícies de inundação e terraços fluviais, que percorrem quilômetros juntamente com as bacias hidrográficas dos rios Negro-Solimões-Amazonas, ainda acompanhando seus diversos afluentes. Por isso, estão cobertas por vegetação de igapó e mata de várzea, sendo a região de várzea uma das melhores para a plantação. Essas planícies possuem uma grande diversidade morfológica, devido justamente ao fluxo dos rios. São regiões que intercalam sua forma, podendo ou não possuir água, conforme a época do ano, por isso sua urbanização é impossível, em contrapartida, as regiões adjacentes são excelentes alternativas para ocupação humana.

O tabuleiro da Amazônia Centro-Ocidental é o mais amplo, ocupando a maior parte do domínio geomorfológico. Ross (1985) introduziu a terminologia “depressão amazônica”

tentando a descrever melhor, afinal, é uma terra baixa que se encontra acima das cotas das cheias fluviais. O seu relevo possui pequenas amplitudes, geralmente não ultrapassando 30 metros. Do Atlântico à Tabatinga (cidade localizada a mil quilômetros do litoral) a variação de altura é de 65 metros (BRASIL, IP 21-80, p. 1-7). Em todo esse terreno é que a Floresta Amazônica se desenvolve (Mata de terra firme).

O Domínio Colinoso da Amazônia Ocidental, localizado nas regiões do Acre e do estado do Amazonas, tem um relevo pouco variado (entre 20 e 50 metros). Criada no período Neógeno com características de movimentos neotectônicos, é caracterizada da seguinte forma por Dantas e Maia (2010): “embasado por rochas sedimentares da Formação Solimões, sendo revestidos pela Floresta Amazônica (Mata de Terra Firme) desenvolvida em solos bem drenados, predominando Argissolos Vermelho-Amarelo”.

Por fim, as superfícies aplainadas do Norte da Amazônia possuem um terreno que varia entre 100 e 250 metros com vastas áreas aplainadas ou levemente abertas devido à drenagem da água. Atualmente, o clima quente e úmido tende a dividir o aplainamento (AB’SABER, 1982; BIGARELLA e FERREIRA, 1985). Também, pode-se observar cotas que se diferenciam drasticamente da região, como no caso da serra da Bela Adormecida.

Por fim, o Manual de sobrevivência na Selva IP 21 – 80 de maneira prática descreve o relevo amazônico da seguinte forma: “com base nas observações feitas, particularmente a militar, que no interior da selva, 500 metros não são percorridos, sem que se encontre uma subida ou uma descida, na maioria das vezes íngremes”. Dessa forma, aqueles que se deslocam em ambiente de selva Amazônica devem esperar por um terreno com características onduladas transpondo os diversos “socavões” (elevações do terreno, como se fossem cotas). A imagem a seguir pode ser usada como uma ilustração do ambiente:

Figura 4 – Relevo amazônico

Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (1999)

2.1.3 Recursos minerais

Em todo o território há incontáveis recursos, conforme IBGE (2010), dentre eles: argila, areia, brita, seixo, calcário, rochas ornamentais, caulim, gipsita, silvinita, fosfato, água subterrânea, linhito, petróleo e gás, turfa, bauxita (alumínio), cromo, níquel, cobalto, cobre, platinoides, ferro, manganês, magnesita, barita, nióbio, estanho (cassiterita), ouro, monazita e topázio. Contudo, a monografia abordará somente a respeito do ouro, que pode ser visado pelos criminosos por meio de sua extração ilegal.

Segundo Riker (2010), entre os principais municípios em que o ouro se distribui e é garimpado no estado do Amazonas estão os municípios de Maués (jazimento de 23.700 kg de ouro contido), Humaitá, Manicoré, Apuí, Novo Aripuanã, Japurá (extração próxima à fronteira com a Colômbia), Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Ainda existem as terras indígenas dos Yanomami, com mais de 9 mil hectares e protegida por lei ambiental, criminosos se utilizam de seu estado incipiente para a prática ilegal do garimpo. Segundo o Instituto socioambiental (2016), estima-se que mais de 5 mil garimpeiros atuem na região com a extração do ouro.

2.1.4 Fauna e Flora

O bioma amazônico possui uma grande diversidade biológica sendo uma das mais vastas do mundo, com cerca de 10% do total de espécies do planeta nessa região (PRANCE et al., 2000). Para possuir uma noção de sua magnitude, segundo Prance (2000), uma reserva florestal de 100 km² próxima a Manaus, denominada de Adolfo Ducke, ao final de 5 anos teve um acréscimo de 1300 espécies catalogadas em sua flora. Tamanho são as espécies desconhecidas que cita: “a fim de completar o inventário dos trópicos, nós precisamos de muito mais desses estudos detalhados de florística em áreas pequenas” (PRANCE, 2000, p. 68, tradução nossa)[1]. O próprio IBGE (2018) faz uma classificação da quantidade de espécies da fauna e da flora desse vasto bioma, sendo 550 espécies de répteis, 1.000 de aves (32 endêmicas), 3.00 de peixes, 311 mamíferos, 163 anfíbios (12 espécies endêmicas) e 13.229 espécies na flora (com 2.956 endêmicas).

[1] . “In order to complete the inventory of the tropics, we need many more of these detailed floristic studies of small areas.”

No aspecto de exploração da natureza, como a floresta garante uma vasta fauna, os caçadores podem escolher suas presas que representam um custo benefício mais acentuado. Dentre as possibilidades de escolha, Viera e Shepard (2017) realizaram um estudo das preferências da população local, destacando os animais como queixada, paca, caititu, anta, veado vermelho, mutum, entre outros. Buscando maior peso e porte em detrimento dos de pequeno porte, exceto nos momentos em que a fauna suprime os animais maiores.

O próximo aspecto a ser observado remete ao risco que a fauna apresenta ao homem. Segundo o manual de sobrevivência na Selva IP 21-80, entre os animais peçonhentos (inoculam o veneno em suas presas) e os venenosos (precisam de um contato externo ou serem ingeridos para transmitirem o veneno) que se frisa o cuidado podemos citar: o sapo cururu (venenoso), diversas espécies de ofídios – como exemplos as cascavéis, cobra coral, jararaca, surucucu, entre outras – aranhas – dentre as quais a armadeira, a viúva negra e a caranguejeira – escorpiões (um exemplo encontrado ao norte é o Tityus Cambridgei), abelhas, vespas e lacraias.

Como última análise da fauna, é importante aludir os animais visados como forma de serem vendidos, concorrendo assim no crime de tráfico ilegal de animais silvestres. Segundo Charity e Ferreira (2020), somente na operação Oxóssi (realizada em 2009 com o intuito de disseminar a rede de tráfico de animais selvagens no Brasil) foram libertados 3.567 animais selvagens, dentre eles estavam: guaruba (em extinção), jaguatirica, onça pintada, araponga do nordeste, bicudo, entre outros. Já os resultados estatísticos de tráfico na Amazônia no período entre 2012 e 2019 foram “160 espécies das quais 38% foram peixes, 34% foram pássaros, 15% foram mamíferos e 12% foram répteis” (CHARITY; FERREIRA, 2020, tradução nossa)[2]. Dentre essas principais espécies traficadas na Amazônia estão inclusos as capivaras, cágados, tetra-cardeal, cascudo-zebra, pirarucu, antas, jacarés e crocodilos, demonstrando que não somente se incluem os pássaros no tráfico ilegal e que todo animal pode apresentar um potencial a ser capturado.

Por sua vez, a flora se caracteriza pela floresta equatorial, com grandes árvores, folhas perenes, isto é, seus aspectos se mantêm praticamente intactos independente da época do ano, e de considerável densidade. Devido a sua extensão, ela se divide em duas principais: floresta de terra firme e floresta de terras inundáveis (BRASIL, 1999).

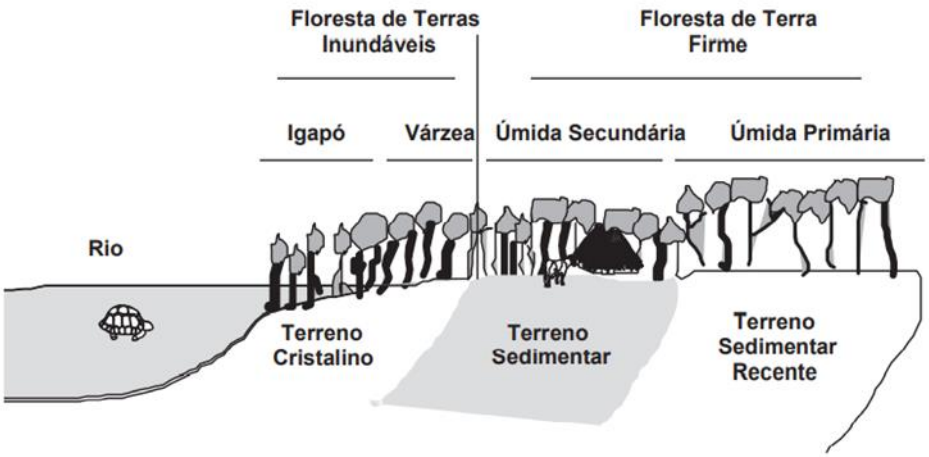
A primeira, conforme Brasil (1997), manual de operações na selva IP 72-1, é caraterizada por estar longe das regiões inundáveis pela água e é a que representa a maior

[2] 160 species of which 38% were fish, 34% were birds, 15% were mammals, and 12% were reptiles.

parte da floresta Amazônica, com árvores de grande porte, com as copas entrelaçadas na mesma altura, impedindo a penetração de raios solares em seu interior e formando um ambiente úmido e escuro. Ainda nessa específica mata, existem outras duas possibilidades conhecidas como floresta húmida primária e secundária. Aquela não possuiu a interferência do homem, disposta em alturas diferentes podendo atingir alturas de 30 a 40 metros, seu interior é acessível ao homem a pé. Essa consiste em uma região que já foi limpa da sua vegetação original e despois foi abandonada, recuperando sua forma de vegetação, portanto houve a interferência do homem e possui, desse modo, uma maior dificuldade de locomoção em seu interior.

As florestas inundáveis, de acordo com Brasil (1999), manual de sobrevivência na selva IP 21-80, possuem como característica uma vegetação que se desenvolve em meio à água, geralmente próxima do Rio Amazonas e de seus principais afluentes. A vegetação que se desenvolve próxima aos rios com vegetação de grande porte que se desenvolvem aproveitando as de menor porte são chamadas de catival ou carrascal. Ela se desenvolve nas partes mais altas do terreno, sendo inundada nos períodos de cheia somente e vulgarmente recebe o nome de várzea. A mata de igapó, por sua vez, desenvolve-se em um terreno mais baixo, próxima ao rio, e por sua vez com um nível mais alto da água atingindo seu interior. Também possuiu maior densidade em seu interior, porém, com árvores atingindo alturas menores. Como uma forma de resumir a posição no terreno de cada variação de floresta observa-se a seguinte figura:

Figura 5 – Características da vegetação



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (1997)

Ainda existem outras classificações das matas, porém, detêm um território menor na região. São exemplos das demais florestas: floresta de transição, cerrados e campos, cocais e manguezais (BRASIL, 1997).

2.2 CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS NA REGIÃO NORTE

Devido à vasta dimensão da fronteira e sua característica de baixa densidade demográfica, criminosos se utilizam da mata para atravessarem a fronteira entre Brasil e seus vizinhos, cometendo diversos crimes em busca de retorno financeiro rápido e fácil.

Nesse cenário, um dos grandes inimigos que se destacam nos crimes transfronteiriços são as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)[3], como observado pela Força Terrestre. Utilizando-se de uma faixa de 1.600 quilômetros para ter acesso ao Brasil, são os principais responsáveis pelo tráfico de drogas e armas de grosso calibre, alimentando o crime urbano. Um grupo extremamente presente que luta, inclusive, contra os militares colombianos, agindo na ilegalidade perante os dois países, em busca de financiar suas atividades principalmente com ações criminosas de modo que incitam uma atuação constante do exército contra suas práticas.

Ainda existe a preocupação com a área da qual a Constituição Federal (CF/88) denomina de faixa de fronteira. Espaço que corresponde até 150 quilômetros de largura ao longo da fronteira terrestre e é de suma importância para a defesa do território nacional, conforme CF/88, artigo 20, parágrafo 2º (BRASIL, 1988).

Medeiros Filho (2020) faz outra distinção em relação a faixa de fronteira denominadas de *border* e *frontier* e apresenta como um desafio ao Exército Brasileiro para o controle da região. O primeiro foi considerado a principal preocupação dos militares e políticos nos primeiros anos de formação do Brasil, que consiste nos limites fisiográficos, divisas dos estados, com caráter político-jurídico; o Exército possuía apenas como função marcar a soberania nacional em seu território fronteiriço. Porém, conforme os avanços da sociedade e com a diminuição do risco de invasão de outros países em seu território, a preocupação de

[3] Conhecida como Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, autointituladas um movimento guerrilheiro que surgiu na década de 60 com a finalidade de instaurar o comunismo na Colômbia. Em seu primórdio, era composta por fazendeiros, porém com o tempo ingressaram no tráfico de drogas como forma de garantir uma renda para atingir seus objetivos, principalmente com a venda da cocaína, pois é a matéria prima principal da região e a mais lucrativa. Em 1980, as folhas de coca foram transferidas integralmente para a Colômbia (antes eram produzidas no Peru e na Bolívia), deslocando e concentrando o plantio em território colombiano. (PAGLI-ARI, 2009).

segurança agora passou a ser interna, gerando a noção de *frontier*. Ela "refere-se à noção de periferia, a regiões distantes, pouco desenvolvidas, com escassa presença do Estado, cuja principal preocupação militar diz respeito à garantia do exercício soberano do Estado e, consequente, do monopólio legítimo da violência" (MEDEIROS FILHOS, 2020).

Desse modo, tem-se que a demanda exigida para o controle territorial deve ser suprida pelo Exército como forma de garantir a defesa da Pátria e da lei e da ordem, conforme CF/88, em seu Artigo 142, e ainda corroborado pela Lei Complementar (LC) 97 (1999), com as alterações feitas pela LC 117 (2004), que atribui ao Exército o papel de polícia na faixa de fronteira terrestre no combate aos delitos transfronteiriços e ambientais realizando patrulhamentos, revistas e prisões em flagrante de delito.

Concomitante a esse sentido, Marques (2007) destaca a importância dos militares na estratégia da presença como principal fator para a integração do território nacional e defesa do mesmo. Portanto, a presença militar especificamente na Amazônia é entendida como um plano para o povoamento, para a prevenção de crimes transfronteiriços e na garantia da ordem pública. Em busca de cumprir essa prevenção, o Exército deve se atentar aos principais crimes, dentre os principais pode-se citar o contrabando, descaminho, tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico ilegal de animais silvestres, garimpo ilegal e desmatamento em conjunto com o comércio ilegal da madeira.

2.2.1 Tráfico Internacional de Drogas

Esse problema começa com a cultura de plantação da folha da coca, que posteriormente é utilizada para a produção de cocaína, nas florestas de altitude, basicamente presentes na Bolívia, Peru e Colômbia, essa última a maior produtora e exportadora mundial de cocaína. Ainda se acrescentando a cultura da papoula (usada para a produção de ópio), a plantação vem crescendo nos últimos anos. "No caso colombiano, os 15.500 hectares que se cultivavam com coca em 1985 se converteram em 85.750 em 2005. Isso significa que a superfície de coca do país multiplicou 4,5 em um espaço de 19 anos" (Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, 2007, tradução nossa)[4]. Portanto, se utilizam tanto dos ambientes florestais que favorecem seu cultivo como da mata para o transporte ilegal da carga, trasponde os limites entre os países.

[4] En el caso colombiano, las 15.500 hectáreas que se cultivaban con coca em 1985 se convirtieron en 85.750 em el 2005. Esto significa que la superfície cocalera del país se multiplicó por 4,5 en el lapso de 19 años.

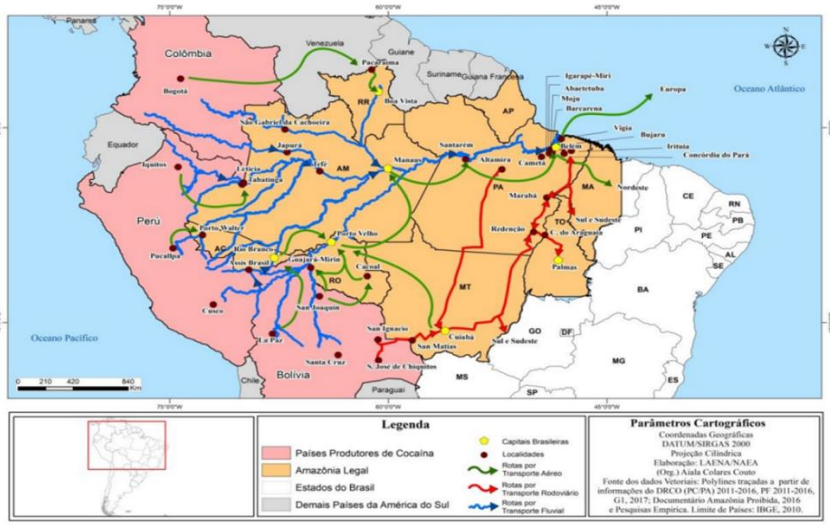
De acordo com estimativas da UNODC (2021) havia 20 milhões de usuários de cocaína em 2019 e, em comparação com o ano anterior, a américa do Sul apresentou um aumento de 1% dos usuários. Também no relatório da UNODC (2014) relata que no Brasil houve um crescimento do consumo de cocaína, favorecido pela localização geográfica, pelo aumento do poder de compra da população e pela conexão do Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e da Família Do Norte (FDN) com Cartéis colombianos.

Conforme Couto (2018), “a Amazônia Brasileira é uma rota obrigatória dos fluxos de cocaína que se direcionam para a Europa e a África através de redes que se formam a partir da conexão do Brasil com as Guianas, o Suriname e demais países Andinos”. Portanto, a floresta se torna um corredor de transporte, principalmente de cocaína, que ao passar por aqui já alimenta o mercado brasileiro. As regiões de fronteira com esses países acaba sendo o cenário de instabilidade geopolítica.

Kolk (1996) justamente dá enfoque ao fato de que a fronteira da Amazônia brasileira com seus vizinhos andinos tem uma área de baixo grau de desenvolvimento econômico e social. Isso concomitante à baixa densidade demográfica em boa parte do território e à atuação precária do Estado (surge a importância da fungibilidade do Exército na região), acaba por contribuir com o surgimento de zonas de instabilidade na fronteira, retomando ao conceito de *frontier,* que precisam de atenção estatal.

Para que haja sucesso, criminosos realizam redes de tráfico, tornando-as também flexíveis a mudanças para fugir da fiscalização. A figura a seguir demonstra as rotas descobertas pela Polícia Federal em nosso território:

Figura 6 – Redes e fluxos do narcotráfico na Amazônia



Fonte: POLÍCIA FEDERAL/PESQUISA DE CAMPO (2016)

Nota-se que se utilizam de meios aéreos e fluviais, muitas vezes construindo aeroportos clandestinos em meio a mata e ainda se utilizando de fazendas de fachadas, segundo o relato de policias federais. O mapa demonstra que a Bolívia faz conexão com o estado do Mato Grosso através de uma articulação que leva as drogas do Oeste do Pará, leva para a região do Xingu, a partir do município de Altamira, Sudeste do Pará, até os municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, Marabá e para o Norte do Tocantins até Palmas, chegando por esse caminho até o Sudeste do Brasil. Da Bolívia saem os fluxos de cocaína que vão em direção a Rondônia (COUTO, 2018).

Do Peru para a Amazônia persistem as rotas fluviais em direção a Rondônia e Acre. A partir desse ponto, do estado do Amazonas em direção ao rio Amazonas e seus afluentes da margem direita. Nesse arco, as cidades de São José Chiquitos, San Ignacio, San Matias, Guajará Mirin e a capital La Paz, todas na Bolívia, funcionam como nós dando base a todas as estruturas das redes e chega até as cidades da Amazônia, ignorando os limites entre países. As cidades de Cusco, Pucallpa e Iquitos, no Peru, são outros nós das redes, com grande integração com o estado do Amazonas pelos rios, com destaques para as cidades de Porto Walter e Assis Brasil, ambas no Acre.

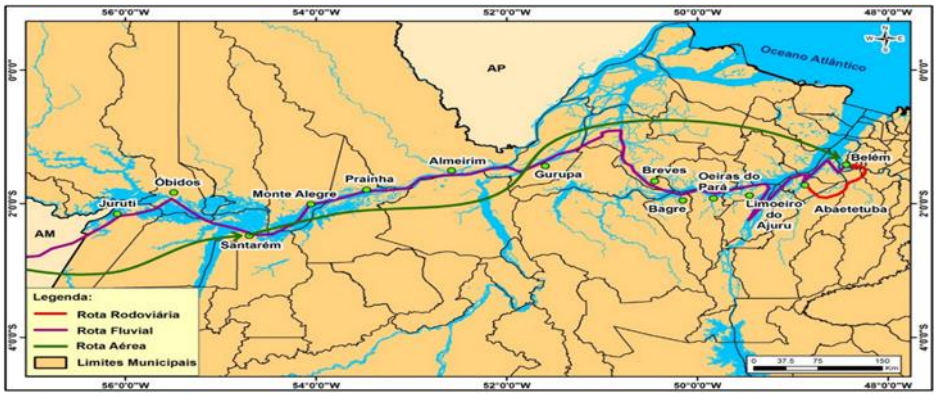
Na Colômbia, Bogotá, segundo Couto (2018), “é o centro de comando e precisa de articulação por toda a fronteira com o Brasil”. Portanto, as cidades de Letícia e Tabatinga são as que sofrem maior atenção, principalmente de órgãos fiscalizadores. Ainda há as cidades de Japurá e São Gabriel da Cachoeira que possuem sua relevância nas redes de tráfico de drogas na região. Por último, há o arco de conexão de Bogotá até Pacaraima e Boa Vista, passando pela Venezuela.

A imagem a seguir apresenta com um enfoque maior as rotas na Amazônia paraense. A rota culmina em Belém, que acaba sendo a base para o tráfico exterior com destino a Europa. Usufruindo do Rio Amazonas, realizam o transporte através das cidades que acabam sendo “nós” na rede do tráfico internacional. Ainda em conjunto com os modais terrestres e aéreos, as rotas passam a ser multimodais, causando maior dificuldade para sua identificação (figura 7).

Além da cocaína, existem outras drogas que circulam na região. Segundo a polícia Federal em sua demonstração de dados, no ano de 2020 foram apreendidos um total de 4.056,77 kg de cocaína, 3.995,57 kg de maconha, 174,62 kg de Skank, 5.784,57 comprimidos de ecstasy, mais uma pequena quantidade de haxixe e LSD, considerando os estados do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Pará e Amapá. Já no ano de 2019 foram apreendidos 5.293,15 kg de cocaína, 2.593,21 kg de maconha e 224 comprimidos de ecstasy. Em uma

análise de comparação com anos anteriores, o aumento das apreensões somente vem crescendo, demonstrando cada vez mais que os criminosos estão produzindo maiores quantidades.

Figura 7 – Rotas do narcotráfico no Rio Amazonas



Fonte: POLÍCIA FEDERAL/PESQUISA DE CAMPO (2016)

Dentro desse contexto de distribuição de drogas internacionalmente, inclui-se o crime organizado. Dentre as organizações estão o Exército de Liberação Nacional (ELN) e, a que possui maior expoente, as FARC, que se utilizam das áreas isoladas da selva como proteção e usufruindo do conceito de *frontier* como meio para a distribuição internacional de drogas. Para Thomas (2003), as FARC operam normalmente ao longo da fronteira e costas marítimas por 3 razões: a facilidade de movimentação de mercadorias e pessoas; rotas de fuga em caso de eventuais operações militares; e o recrutamento e cooptação de novos membros para a causa. Esse grupo que era considerado inicialmente guerrilheiro com a finalidade de tomada do poder estatal para a implementação do socialismo, passou a vender drogas como forma de substituir a renda que recebiam durante a época da guerra fria pela extinta União Soviética. Após praticamente 60 anos, ainda se mantém em atividade, causando problemas tanto para a Colômbia, em uma espécie de conflito interno, como para o Brasil (VAZ, et. al. 2016).

Segundo Martu (2002), “as FARC se organizam em blocos e frentes que cobrem quase todo o território Colombiano” (figura 8). Calcula-se que possuam 20 mil guerrilheiros divididos em 7 blocos e 63 frentes das quais 33 estão trabalhando no narcotráfico. A zona de maior importância se localiza na região centro-sul da Colômbia, junto aos departamentos de Putumayo, Caquetá, Meta e Guaviare, onde se encontra a maior parte da plantação da folha de coca (figura 19). Já as regiões que fazem fronteira com o Brasil, departamento do Amazonas,

Vaupés e Guainía é considerada uma região secundária, com relevância justamente devido a fronteira, permitindo assim maiores chances de transporte da droga se for controlada.

Figura 8 – Desdobramento estratégico das FARC

Fonte: MARTU (2002)

Figura 9 – Áreas estratégicas das FARC

Fonte: MARTU (2002)

Por sua vez, na região da cabeça do cachorro, fronteira com a Colômbia, tem como maior influência os chamados *Cartel de Letícia* e da Frente Nº 1 das FARC. O município de São Gabriel da Cachoeira acaba sendo o centro de maior expressão da região. Também, utilizam-se do meio fluvial e aéreo para o transporte na região do Alto Solimões (local de tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia). Na região conhecida como Trapézio Amazônico Colombiano (entre o Rio Putumayo e Solimões), há laboratórios para o refino da

pasta base de cocaína e nela os traficantes são apoiados pelas FARC. O principal foco do tráfico é o triângulo Tabatinga, Benjamin Constant (Brasil) e Letícia (Colômbia), onde atua o *Cartel de Letícia* (MARTU, 2002).

2.2.2 Descaminho e Contrabando

O primeiro que se frisa é a diferença entre esses dois crimes. Descaminho, segundo o Art. 334 do Decreto de Lei 2.848 de 1940 (Código Penal), significa "iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria" (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014). O contrabando, por sua vez, é caracterizado como "importar ou exportar mercadoria proibida" (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014), conforme Art. 334-A do mesmo decreto. A "mercadoria proibida" a qual se refere esse artigo representa qualquer uma que possui restrição absoluta quanto a importação/exportação, contanto que não incorra em um crime mais grave (como o tráfico de drogas, armas e munições por exemplo). O código penal não especifica quais são essas mercadorias e, portanto, segue legislação especial (extrapenal), das quais pode-se citar como exemplo: o cigarro irregular, que é o mais recorrente; medicamentos e esteroides sem registro pela Anvisa; munições em pequenas quantidades; tabaco para narguilé; material de uso restrito das FFAA e órgãos de segurança (como coletes à prova de balas, spray de pimenta, arma de choque, mira telescópica e capacetes); entre outros. Isso acaba sendo de relevância para o Exército devido à LC 97, já abordada na introdução, que o responsabiliza como agente preventor de crimes transfronteiriços.

Uma questão importante a se analisar é respectiva a Zona Franca de Manaus[5] (ZFM), da qual possui algumas peculiaridades e por isso é explorada para o descaminho e o contrabando. Por ser uma zona de livre comércio de importação e exportação, acaba recebendo isenção de imposto para os produtos importados destinados ao seu consumo interno e industrial de qualquer tipo. Também, a exportação de mercadorias da ZFM para o estrangeiro, qualquer que seja sua origem, está isenta de impostos (SILVEIRA, 1995). Contudo, o imposto deve ser pago caso haja a saída do produto para ser vendido no mercado interno. Segundo o juiz Eustáquio Nunes Silveira (1995), por esse motivo a ZFM se torna

[5] Administrada pelo Suframa, compreende uma área total de 10 mil Km² que inclui a cidade de Manaus e seus arredores. No entanto, os seus benefícios foram estendidos para uma área superior a 8,5 milhões de Km², contemplando o Acre, Rondônia e Roraima (Decreto Lei nº 356/1968) e as cidades de Macapá e Santana (Lei nº 8.387/1991).

propícia a esses crimes, facilidade de entrada sem impostos e posterior ludibriada em medidas fiscais para fugir dos impostos.

O contrabando ali, inclusive, pode ter conexão com o tráfico internacional de drogas, quando nas regiões de fronteira acontece o pagamento de cocaína com produtos estrangeiros, que depois são vendidos em Manaus como um consumo interno, realizando dessa forma uma lavagem de dinheiro (SILVEIRA, 1995). A polícia federal ocasionalmente surpreende comerciantes sem documentação legal de importação, levantando o questionamento de onde surgiram essas mercadorias e como ingressaram em território brasileiro.

Pior medida de contrabando pode estar ocorrendo com mercadorias transportadas em containers. Eles entram e saem da ZFM sem qualquer fiscalização da polícia, pois quando são lacrados no interior dos estabelecimentos industriais não podem mais ser fiscalizados até o ponto de destino, garantindo a inviolabilidade do lacre, de acordo com a Lei 6.228/75 em seu Art. 10, parágrafo único. Ao que se suspeita, é dessa forma que são praticados os grandes contrabandos, que segundo Silveira (1995), acredita que deveriam ter maior atenção por atentarem contra a segurança nacional, ao contrário dos praticados por turistas e amadores.

O Serviço de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho da alfândega de Manaus, no período de janeiro a outubro de 2021, apreendeu mais de 29,5 milhões de reais em mercadorias ilegais, segundo o site A Crítica (2021). O próprio Exército, por sua vez, realiza inúmeras apreensões relativas aos crimes supracitados, como exemplo podemos citar a Operação Curaretinga X, na qual envolvia a 1ª Brigada de infantaria de Selva, por meio do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, que realizou um Posto de Bloqueio e Controle de Via Urbana (PBCVU). No dia 19 de setembro de 2017 foi apreendido um caminhão vindo da Venezuela conduzindo milhares de materiais oriundos do contrabando e descaminho. O valor estimado da apreensão é de 758.000 mil reais. Esses são pequenos exemplos da grande inferência que tais crimes possuem na região norte e do trabalho dos militares nesse quesito.

2.2.3 Tráfico de Armas

A sociedade brasileira, atualmente se destaca pela violência com arma de fogo. A vitimização pela mesma apenas aumentou dos anos de 1970 até 2004, a taxa de mortos triplicou de 7 para 21 mortes por 100.000 habitantes no período 1982-2002 (PHEBO, 2005).

Segundo a plataforma online, na atualização de 2017 presente em *Small Arms Survey's Trade: Out of the Shadows*, um dos principais exportadores de armas pequenas e armamento

leve do mundo, com um faturamento de mais de 500 milhões de dólares, foi o Brasil, ocupando a posição de terceiro lugar entre os anos de 2001 e 2014, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Itália (SMALL ARMS SURVEY, 2017).

O tráfico ocorre devido às súplicas de criminosos, sobretudo na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) com 99% das unidades que entram no Brasil sendo pela fronteira terrestre. Segundo a PF, além da tríplice fronteira, a fronteira entre o Brasil e a Bolívia, em Rondônia, a fronteira com a Colômbia, no norte do Amazonas, e a fronteira com o Suriname são os pontos de entrada das armas na floresta latifoliada (LEITE, 2018).

Segundo o site *Insight Crime* (2011), o Brasil enfatiza que mais da metade da fronteira brasileira com outros países é composta por selva e que muito do contrabando, armas, drogas e imigrantes ilegais passam por áreas remotas. Contudo, ainda há uma grande parcela que passa por cidades mais controladas pela polícia, pelo menos em teoria. Citando o Ministério da Justiça, aponta como as principais cidades do norte conhecidas, sendo elas: Tabatinga com Letícia (Estado do Amazonas com Peru), Brasileia com *Cobija* (Acre com Bolívia), Plácido de Castro (Acre) com Bolívia, Guajará-Mirim com *Guayaramerím* (Rondônia com Bolívia).

Isso demonstra os pontos de entradas conhecidos ao norte do país bem como o grande potencial ofensivo que as armas possuem para a população brasileira, tornando, assim, de suma importância que se tenha um controle das fronteiras de forma a reprimir tais crimes de tráfico internacional de armas.

2.2.4 Tráfico Ilegal de Animais Silvestres

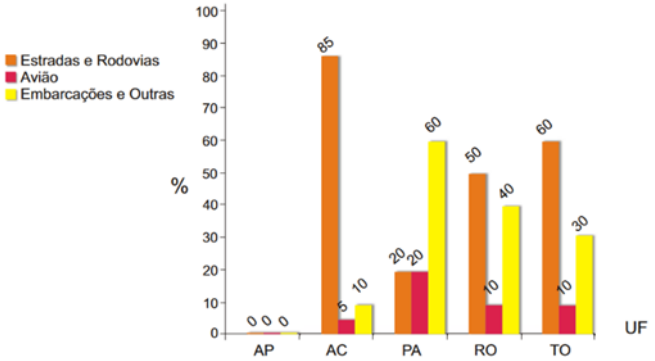
Segundo o site RENCTAS, as espécies brasileiras sofrem ameaças a sua fauna principalmente por meio da caça, seja para a sobrevivência ou para o comércio. O comércio ilegal da fauna movimenta cerca de 10 a 20 bilhões de dólares por ano, sendo a terceira maior atividade criminosa do mundo, somente atrás do tráfico de drogas e de armas. Como forma de controlar isso, a partir de 1967 o Brasil criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), o qual busca “exercer o gerenciamento, controle, proteção e preservação das espécies silvestres brasileiras da fauna e da flora” (RENCTAS, 2001).

Como é uma atividade extremamente lucrativa, os vendedores têm incentivos para a prática do tráfico no mercado internacional. Por sua vez, os compradores possuem 3 principais categorias, sendo elas: animais para colecionadores particulares e zoológicos; animais para fins científicos (biopirataria) e animais para *pet shop*. Devido a sua vasta extensão e riqueza natural, o Brasil acaba sendo um dos principais exportadores de vida

selvagem enquanto os EUA acaba sendo o principal consumidor desse mercado (RENCTAS, 2001).

Para que seja possível concluir a exportação, criminosos se utilizam de diversos meios para a retirada dos animais, sendo, geralmente, o meio terrestre escolhido como o principal no território brasileiro, porém, ao Norte, as vias fluviais já são mais utilizadas, conforme a figura a seguir:

Figura 10 – Principais vias de escoamento da região Norte



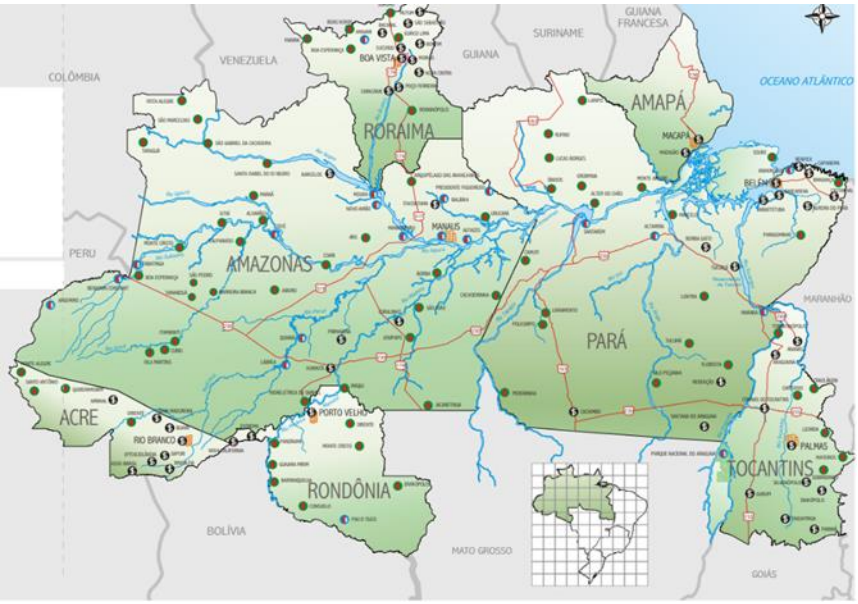
Fonte: RENCTAS (2001)

As regiões ao norte são áreas de importantes retiradas de animais, principalmente nas divisas com as Guianas, Venezuela e Colômbia. São conhecidos centenas de pontos de contrabando da fauna silvestre brasileira nas regiões de fronteira, entre eles se destacam as cidades de Tabatinga e Letícia, Manaus, Rio Branco, Porto Velho e Bonfim. (RENCTAS, 2001). Esse mapa (figura 11) mostra o caminho que os animais percorrem dentro da região e ainda os pontos em que são extraídos para fora do território, sendo os estados do Amapá, Roraima e Amazonas os principais pontos de saída. Segundo Charity (2020), o principal ponto de tráfico de animais silvestre se encontra na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, região em que se mistura, inclusive, com o tráfico de drogas e de armas, sediadas pelas cidades fronteiriças de Tabatinga e Letícia.

Conforme citado na parte da fauna brasileira, praticamente todo tipo de animal está sujeito ao tráfico e para que seja possível sua movimentação, segundo o IBAMA e a Polícia Federal, existem outras principais rotas que são as através do Rio Purus (sua nascente é o Rio *Ucayalli*), do Rio Negro e do Rio Madeira. Esses órgãos também identificaram a fronteira entre Amapá e Guiana Francesa como relevante para o tráfico de pássaros. Na fronteira entre o Suriname e o Brasil ocorre uma ameaça diferente, em que pessoas capturam os animais no Brasil, principalmente os répteis, e realizam uma espécie de “lavagem de dinheiro”,

afirmando que o animal provém do Suriname, conseguindo a documentação legal. Outra região vulnerável é a fronteira entre Brasil e Bolívia, devido ao país vizinho ser uma fonte e uma consumidora do tráfico de animais (CHARITY; FERREIRA, 2020). Portanto, a região Amazônica é uma área extremamente exposta a esse tipo de atividade.

Figura 11 – Principais rotas do tráfico terrestre na região Norte



Fonte: RENCTAS (2001)

2.2.5 Garimpo ilegal e sua exportação

O ouro explorado de forma ilegal ocorre por toda Amazônia, sendo que as terras indígenas são as mais afetadas, tendo em vista a falta de fiscalização e a consequência do fato de que a proteção ambiental das terras e sua preservação causa uma área de mata maior e menos vigiada. Nesse contexto, a terra Yanomami se encontra em uma das mais exploradas ilegalmente.

A terra Yanomami é a maior área indígena do Brasil, com 10 milhões de hectares, localizada nos estados de Roraima e Amazonas. Devido às características de preservação ambiental, segundo a legislação brasileira, qualquer ouro extraído e comercializado dessas terras é considerado ilegal. Afinal, a sua exploração é uma das principais responsáveis pela poluição dos rios e terras com mercúrio e também responsável pelo desmatamento das florestas em seu entorto. Segundo Reed (2021), foram perdidos 4.383 hectares de terra Yanomami entre os anos de 2019 e 2020.

Ainda segundo Reed (2021), o ouro primeiramente é extraído das terras Yanomamis com uma parte se dirigindo para os países vizinhos e outra para Boa Vista, onde são vendidos em pequenas joalherias. Após isso, o ouro é vendido na “rua do ouro”, como é conhecida em Boa Vista, sem nenhum tipo de emissão de nota fiscal e, por isso, ilegal. O terceiro passo é dirigir o ouro para Manaus ou Itaituba para ser vendido para um intermediário, um posto de compra de ouro com CNPJ, mas que representa uma DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários), que são empresas autorizadas pelo Banco Central a comprarem o metal. É nesse momento que ele passa a ser “legalizado”, pois a venda ocorre com emissão de nota fiscal, com o vendedor afirmando que o ouro provém de um garimpo “legalizado”. O último procedimento é encaminhar o ouro para São Paulo ou Rio de Janeiro, onde já “legalizado” é exportado para outros países, principalmente a Índia e Emirados Árabes. O principal problema para a fiscalização é no momento em que as DTVMs compram o produto, pois o vendedor preenche uma nota fiscal em papel autodeclarada de onde veio aquele minério (fraudadores podem dizer que a origem é de um garimpo legalizado). Dessa forma, a lei 12.844, de 19 de julho de 2013, em seu Art. 39 § 3º, que regula a compra, venda e transporte no Brasil, afirma que a venda do ouro ocorre a partir da boa-fé do vendedor, de maneira que isenta de responsabilidade criminal o comprador. Com esse caminho percorrido, a falta de leis torna possível que a extração ilegal continue de forma simples e ainda com a exportação internacional de um ouro “legal”.

O caso piora a partir de 2020, com um aumento do preço do ouro como resultado de proteção econômico à COVID-19. De acordo com o site Instituto Escolhas, em uma matéria publicada, houve um acréscimo de 15% do total de exportação no ano de 2020, totalizando 29 toneladas de ouro exportado. Conforme dados do site, “mais de 610 quilos de ouro de origem clandestina foram negociados por R$ 70 milhões entre janeiro de 2015 a maio de 2018, segundo o Ministério público Federal”. Dessa forma, a sua extração ilegal se mantém no Brasil.

2.2.6 Tráfico ilegal de madeira

Segundo Barros (2021), a madeira ilegal está intimamente ligada com o tráfico de drogas, pois traficantes se utilizam dela, seja em forma de móveis, vigas ou em outras possíveis, para esconder a carga de droga, principalmente cocaína e maconha, e realizar o transporte internacional.

Ocorrendo principalmente na região do Pará, essas cargas com madeira e droga se deslocam para a Europa, mais especificamente para países como: Espanha, Bélgica, França, Alemanha, Portugal, Itália e Eslovênia. Ainda segundo Barros (2021), entre os anos de 2017 e 2021 foram aprendidas 9 toneladas, sendo a maioria cocaína ou maconha, todas com destinos a esses países, utilizando-se da madeira para o transporte, seja em pallets de madeira, toras, vigas, etc. A informação apresentada em sua matéria é de que as rotas do tráfico e da madeira ilegal muitas vezes se coincidem, ainda podendo concomitantemente cruzar com a exploração ilegal do ouro. Desse modo, os crimes pululam a partir do tráfico de madeira no Pará.

Além desse fato, segundo a reportagem de Farias (2019), mais de 90% da madeira exportada do Amazonas é ilegal. Uma investigação apurada pelo Ministério Público Federal e pela PF apontou que as cargas apreendidas em Manaus seriam enviadas aos seguintes países: Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Inglaterra, Portugal, França, Holanda, China, México, entre outros. Informação obtida por meio da operação Arquimedes 1 e 2 que buscou identificar o destino de mais de 400 containers. Tal quantidade provem da região sul do Amazonas, de Rondônia e de Roraima, com origem em terras indígenas e unidades de conservação, isso tudo segundo a fiscalização realizada pelo IBAMA, em dezembro de 2017.

2.3 PATRULHAS

Antes de qualquer dissertação, é preciso explicar o conceito de patrulha, sendo ela:

> É uma força com valor e composição variáveis, destacada para cumprir missões de reconhecimento, de combate ou da combinação de ambas. A missão de reconhecimento é caracterizada pela ação ou operação militar com o propósito de confirmar ou buscar dados sobre o inimigo, o terreno ou outros aspectos de interesse em determinado ponto, itinerário ou área. A patrulha deve evitar engajamento decisivo com o inimigo. Conforme a situação, meios etc. um engajamento planejado pode ser realizado, a fim de verificar o dispositivo, composição, valor, atividades recentes e atuais e peculiaridades (DICOVAP) do inimigo. A missão de combate é caracterizada pela ação ou operação militar restrita, destinada a proporcionar segurança às instalações e às tropas amigas e/ou anular capacidades do inimigo. (BRASIL, 2021).

De acordo com Brasil (2021), existem dois tipos de classificação de patrulhas quanto a finalidade de sua missão, as de reconhecimento e as de combate. Este trabalho não irá abordar nada relativo às patrulhas de combate, que possuem finalidades diversas dependendo de sua missão. Dentro dessa classificação de reconhecimento, existem 5 tipos, sendo elas: reconhecimento em ponto, reconhecimento de área, reconhecimento de itinerário, vigilância e reconhecimento em força. Todas as missões de reconhecimento possuem como finalidade ser

um dos meios do qual o comando dispõe para a busca e coleta de dados, os quais facilitam a tomada de decisão. As suas missões buscam responder perguntas relativas ao inimigo (como, por exemplo: o inimigo ocupa o terreno? Qual é o seu valor? Qual é o seu equipamento e armamento? Qual é sua atividade atual? E outras informações necessárias ao comando) e ao terreno – como, por exemplo: quais são as características do(s) curso(s) d'água? (profundidade, correnteza, largura e características das margens) Qual é a característica da vegetação e sua influência nos movimentos de tropa a pé? Quais são os melhores itinerários ou vias de acesso para a aproximação? Quais são as possibilidades de emprego de elementos blindados e mecanizados? Entre outras – podendo ser das mais variadas. Como consequência de suas ações, tais patrulhas geram outras missões, podendo ser imediatas com a autorização do escalão superior ou gerando missões futuras, inclusive outras patrulhas de reconhecimento ou de combate, para outros tipos de tropas mais aptas a cumprirem.

As principais condutas presentes, segundo Brasil (2021) que são tomadas nesse gênero de patrulha são: cumprir a sua missão sem ser percebida pelo inimigo e combater em casos extremos e para sua sobrevivência (exceto na patrulha de reconhecimento em força, a qual irá empregar o fogo). Assim sendo, a patrulha geralmente conduz Armamento e equipamento para sua segurança individual e necessário para o cumprimento da missão– como exemplo, podem ser citados: óculos de visão noturna (luz residual), material de comunicações, máquina fotográfica, cartas, esboços, fotografias aéreas, lápis e papel, lápis dermatográfico, fita fosforescente ou luminosa, fita isolante, poncho, bússolas, binóculos, relógios, GPS, alicate e qualquer outro material ou equipamento de utilidade para a missão – devendo-se sempre aliviar os patrulheiros para que tenham uma maior capacidade de movimento. Todas as patrulhas de reconhecimento possuem como missão precípua a obtenção de dados específicos determinados e definidos pelo escalão superior, variando conforme a necessidade de levantamento de dados. A sua correta execução permite que dados brutos sejam coletados para auxiliar em missões futuras e na tomada de decisões do escalão superior. Portanto, não há como abordar exatamente como ocorrerá cada missão, pois cada uma terá uma finalidade específica e sua execução dependerá do Comandante de Patrulha (Cmt Pa). Desse modo, este trabalho apenas irá classificar as possíveis missões de reconhecimento, com as peculiaridades existentes de cada uma.

Dentro das possibilidades de patrulhas, existem as patrulhas com características especiais, das quais fazem parte a patrulha aeromóvel, patrulha na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), patrulha fluvial e a patrulha motorizada. Sua característica especial reside e se resume

ao meio utilizado pelos pelotões de infantaria para o cumprimento da missão, porém, não exclui as condutas adotadas por uma patrulha a pé quando abondarem esse meio.

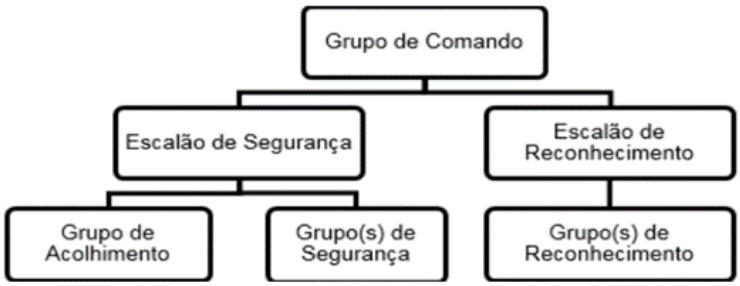
Além dessas, ainda há dentro da faixa de fronteira missões especificadas em Lei como ações subsidiárias. Muito parecidas com as operações de GLO, apenas se diferenciando por haver lei especifica e em sua base constitucional, pois na faixa de fronteira o Exército não precisa de autorização presidencial para a execução de missões do tipo polícia, como, por exemplo: o combate aos crimes transfronteiriços realizando patrulhamento, revistas e prisões em flagrante de delito, conforme LC 97 em seu Art. 17-A. Essas missões específicas podem ser frutos de outras patrulhas de reconhecimento ou a elas muito se assemelham devido às suas características de execução, como, por exemplo, o patrulhamento fluvial, que se assemelha à patrulha de reconhecimento em itinerário, buscando informes no rio em que os militares estão operando. Segundo Brasil (2009), dentre tais missões específicas que mais se assemelham às patrulhas de reconhecimento podem-se encontrar: posto de bloqueio de via urbana (PBCVU), vasculhamento de área, patrulhamentos de vias de transporte, patrulhamento terrestre, posto de bloqueio e controle de via fluvial (PBCFlu), patrulhamento costeiro ou fluvial e patrulhamento aéreo.

Também, dentro das patrulhas de combate, há uma missão de reconhecimento que auxilia o comandante em sua tomada de decisão. Porém, este trabalho não abordará esse tipo específico de patrulha de combate e sua missão de reconhecimento como forma de confirmar, refutar e atualizar, portanto, a qualquer momento que se referir de maneira genérica a patrulha de reconhecimento, o leitor deve ter ciência que não faz alusão ao reconhecimento existente dentro da patrulha de combate, mas sim as missões de reconhecimento com a única finalidade de obter informações para o escalão superior e não para auxiliar o Cmt Pa em sua patrulha de combate.

2.3.1 Patrulhas de reconhecimento

A primeira analisada é a patrulha de reconhecimento em ponto, que possui como principal missão a obtenção de dados de um ponto ou localidade específicos (BRASIL, 2004). O escalão superior irá escalar uma força de efetivo variável para que possa concluir tal missão, tomando atenção para que não se envolva nos eventos que transcorrem na localidade enquanto estiverem por lá, afinal, sua missão é apenas observar e relatar os dados que foram instruídos a obter. Segundo Brasil (2021), as patrulhas de reconhecimento em ponto podem ser organizadas do seguinte modo:

Figura 12 – Organograma de uma patrulha de reconhecimento de ponto

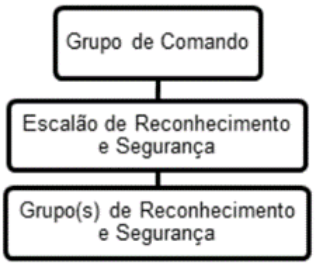


Fonte: BRASIL (2021)

O grupo de comando será composto por elementos essenciais na coordenação da patrulha, tais como: “comandante, subcomandante, rádio operador, mensageiros, motoristas, guias, entre outras. Quando possível, essas funções devem ser acumuladas com outras nos demais escalões” (BRASIL, 2021). Por sua vez, a quantidade de grupos de segurança existentes dependerá da quantidade de vias de acesso ao objetivo, sendo que cada grupo será responsável pela segurança de apenas uma única via. O grupo de reconhecimento irá variar conforme os fatores da decisão. O grupo de acolhimento irá realizar a proteção do ponto de reunião próximo ao objetivo (PRPO) e o acolhimento da patrulha na posição ao retornarem da missão. Um fator importante a destacar é que “a patrulha de reconhecimento poderá assumir a organização de uma patrulha de reconhecimento de área quando houver a necessidade de realizar a busca pelo ponto” (BRASIL, 2021).

Depois, a análise segue com o reconhecimento em área que “tem a missão de obter dados sobre uma grande área ou sobre pontos nela existentes. A patrulha pode obtê-los, reconhecendo a área, mantendo vigilância sobre ela ou fazendo o reconhecimento de uma série de pontos” (BRASIL, 2021). É organizado da seguinte forma, lembrando que os grupos de reconhecimento e segurança também são variáveis conforme os fatores da decisão (aos moldes da patrulha de reconhecimento em ponto), inclusive, podendo o grupo de acolhimento existir ou não:

Figura 13 – Organograma de uma patrulha de reconhecimento em área



Fonte: BRASIL (2021)

A terceira é o reconhecimento de itinerário que possui um nome autoexplicativo, com a patrulha levantando dados essenciais de inteligência em um itinerário já previamente determinado, portanto, deverá percorrer todo o percurso. A sua organização é semelhante à de uma patrulha de reconhecimento de área. O número de grupos de reconhecimento e de segurança dependem do terreno e do modo como o Cmt Pa deseja cumprir a missão, pois ele pode optar por percorrer o itinerário realizando o reconhecimento, ocupar pontos de comandamento que tenham visada para o itinerário ou, inclusive, mesclando essas duas possibilidades. Com isso em mente, o comandante deve optar pelo modo de organização que melhor convenha à missão.

A patrulha de vigilância tem a missão de manter os olhos no objetivo, seja uma localidade ou alguma atividade, de maneira contínua, relatando ao escalão superior os dados conforme surgirem, auxiliando na tomada de decisão. Esse tipo de patrulha geralmente é executado por elementos caçadores, que ficam por dias em uma posição determinada, podendo auxiliar o alto escalão com sua observação.

Por último, a patrulha de reconhecimento em força "busca realizar uma operação em força, de pequena envergadura em certo objetivo, buscando obter dados sobre o inimigo no que se refere ao dispositivo (inclusive na posição de armas coletivas), valor e poder de combate" (BRASIL, 2021). A finalidade, portanto, não é combater o inimigo, é apenas obter qualquer dado possível quanto as suas capacidades de combate, sejam armamentos disponíveis, munições, efetivos presente na posição, etc. Para tanto, de acordo com Brasil (2021), sua organização deve levar em consideração a ação que define a tarefa essencial (obtenção de dados), a execução da ação em força (assalto e apoio de fogo) e as tarefas complementares, se for o caso. Ela geralmente é dividida em um escalão de assalto, responsável pela ação de força com o assalto e com o apoio de fogo, e um de segurança, muito se assemelhando com uma patrulha de combate. O escalão de assalto é composto por uma quantidade variada de grupo de observação (depende dos fatores da decisão do Cmt Pa) que são responsáveis pelas tarefas essenciais, levantando os dados em função da reação inimiga, como: a posição das armas coletivas, dispositivo, valor, medidas de segurança durante a ação no objetivo, etc. A ação no objetivo se desenvolverá a partir do momento em que a Pa localizar o objetivo, os grupos de observação ocupam as posições que permitem o cumprimento da missão e, após isso, a patrulha abre fogo de posições abrigadas, engajando-se apenas o necessário para obter as informações que precisa. O grupo de observação executa a tarefa de levantar dados, identificando as posições de armas coletivas, limites, valor, natureza do armamento utilizado, etc. A fim de concluir tal missão, tomam uma posição mais a

retaguarda, abrigados e com bons campos de observação para o objetivo e para cumprir essa missão precisam de equipamentos específicos que facilitem a observação, podendo ser tanto binóculos ou até óculos de visão noturna, dependendo do caso.

2.3.2 Patrulhas com características especiais

A primeira a ser abordada é a aeromóvel que também busca obter informações, porém, com o incremento do fato de que se utiliza de um meio aéreo de asa rotativa para realizar seus deslocamentos. Após o desembarque da tropa, elas seguem os mesmos preceitos de uma patrulha a pé. De acordo com Brasil (2021), o seu lançamento é uma decisão fundamental no estudo dos fatores da decisão, frisando na importância de se possuir um correto conhecimento a respeito de suas possibilidades e limitações, de forma a não prejudicar a missão. O Comandante de Pelotão (Cmt Pel) que estará realizando a missão deve elaborar o plano tático terrestre, plano de embarque, plano de desembarque e plano de movimento aéreo. Todos de extrema importância para a realização das patrulhas aeromóveis. O primeiro plano se refere ao modo que será cumprida a missão da Pa, servindo de base para os demais planos. O Plano de Movimento Aéreo irá ser produzido pelo comandante da força de helicópteros em coordenação com o Cmt Pa, e nele estarão inclusos um diagrama de rotas de voo e um quadro de deslocamento aéreo. Inclusos, também, medidas de coordenação e controle durante o voo, direção geral, tempo de voo, velocidade da aeronave e procedimentos de emergência. Portanto, é nesse momento em que o planejamento relativo ao reconhecimento que o Cmt Pel deseja realizar será determinado, buscando, da melhor forma, utilizar a observação aérea de um local específico, itinerário ou área, conforme sua missão. Além da possibilidade de observação elevada, os helicópteros proporcionam a possibilidade de transportar a tropa até uma determinada região, momento no qual irão abandonar a aeronave e seguir a pé para o objetivo de reconhecimento, aos moldes de qualquer outra patrulha. O pelotão de reconhecimento precisa estar familiarizado com as técnicas de infiltração, pois possui como missão se desdobrar a retaguarda de uma posição inimiga por meio do deslocamento dissimulado (terrestre, aquático, aeromóvel ou misto) a fim de cumprir a missão do escalão superior (BRASIL, 2000). Dentre suas possibilidades, conforme Brasil (2000), se encontram: realizar reconhecimento de itinerários e áreas; estabelecer postos de vigilância; desenvolver ações de contra reconhecimento, entre outras. Em contrapartida, possui como limitação estabelecer um contato direto com o escalão superior e um poder de combate limitado, sem levar em

consideração o ambiente de selva, que pode atrapalhar a observação aérea em locais de mata fechada.

A próxima é definida por Brasil (2021) como patrulha de GLO. É importante frisar que apesar do manual se referir à essas operações, o trabalho abordará mais particularmente sobre as ações subsidiárias, pois, como descrito acima, elas ocorrem em regiões de faixa de fronteira, se diferenciando apenas na sua base legal, com missões praticamente idênticas. Dessa forma, possuem como finalidade "obter dados sobre a força adversa, realizar ações para inquieta-la ou neutraliza-la e impedir pela presença física que ela tenha liberdade de movimento na área de operações" (BRASIL, 2021). As missões executadas podem ser: de patrulhas de reconhecimento em geral, conforme já abordado no item acima; bloqueio de estradas (PBCE/PBCVU), que possuem como missão controlar o fluxo da população em certa região, mas que inevitavelmente reúne informações para o escalão superior, pois obterão dados dos veículos e pessoas que passarem por essa região, podendo gerar dados que futuramente auxiliem o escalão superior; operação de busca e apreensão, com características de obter informações específicas em certa área preestabelecida; vasculhamento de área, se assemelhando sobre maneira na forma de execução com uma patrulha de reconhecimento de área, pois possui como finalidade a obtenção de dados de uma localidade já preestabelecida; patrulhamento de vias de transporte, na qual a missão se assemelha à patrulha de reconhecimento em itinerário, idêntica também em sua finalidade com a missão de patrulhamento terrestre e patrulhamento fluvial; e, por último do patrulhamento aéreo, no qual será empregado os meios aeromóveis para a obtenção de dados (BRASIL, 2009).

Por sua vez, a patrulha fluvial é comum em áreas ribeirinhas em que a população se encontra às margens dos rios e dele muito se utilizam durante o cotidiano. Ela possui como missão principal "reconhecer, conquistar ou manter o controle sobre uma área ribeirinha, pela neutralização das forças inimigas" (BRASIL, 2021). Também nesse tipo de operação é comum o emprego de patrulhas aeromóveis como meio de auxiliar para o cumprimento da missão. Possuem como meio de emprego botes de assalto, utilizando dos métodos de deslocamento pelo movimento contínuo, movimento por lanços sucessivos ou por lanços alternados, sendo de responsabilidade do Cmt Pa escolher qual deles será executado conforme as características de cada missão. Outro fator importante de frisar é a posição que o bote se desloca. No centro da aquavia há uma maior capacidade de manobra; dificuldade de fogos sobre o inimigo; nos deslocamentos rio abaixo ganha velocidade com a correnteza a seu favor e em rio acima perde, gastando mais combustível, pois na região central é onde há maior velocidade do fluxo do rio; maior dificuldade em encontrar o inimigo; entre outras. Em

oposição, quando se deslocam próximos às margens há uma maior possibilidade de dissimulação durante os deslocamentos e facilita a localização do inimigo. (BRASIL, 2021). Para finalizar, apresenta como vantagem um menor desgaste físico da tropa, maior velocidade que uma patrulha a pé e um melhor poder de combate e de carga. Entre suas desvantagens está um movimento canalizado, restrito ao fluxo de água, maior vulnerabilidade às vistas e fogos do inimigo, dependência de botes e a utilização do motor quebra o sigilo (dependendo da missão pode ser fundamental, principalmente em uma de reconhecimento que possui como característica o sigilo).

A patrulha motorizada, segundo Brasil (2021), recebe missões em geral semelhantes com as missões a pé. Ela permite que maiores distâncias sejam percorridas em um menor espaço de tempo e permite a condução de materiais, equipamentos e munições em maiores quantidades. É planejada de forma semelhante a patrulha a pé, com exceção das considerações que devem ser feitas sobre as viaturas – atenção especial ao tipo de viatura, a preparação para a missão, colocando sacos de areia, se for o caso, mas em especial com as boas condições de funcionamento, evitando que venha a causar problemas durante sua utilização – com o armamento e o equipamento que devem ser conduzidos na missão – ela tem a capacidade de transportar meios pesados como canhão sem recuo, morteiros, metralhadoras pesadas, entre outros, dependendo da missão e da decisão do Cmt Pa – com as comunicações (estabelecimento das comunicações entre as viaturas), com o plano de carregamento e embarque (que tem como finalidade agilizar o processo de embarque e desembarque assim como manter a capacidade de cumprimento da missão caso alguma viatura venha a baixar) e com a segurança – cada homem durante o deslocamento possui um setor de tiro e uma área de responsabilidade, cobrindo os flancos, retaguarda e a frente. Assim como a patrulha fluvial, o modo de deslocamento possível para esse tipo de patrulha é o deslocamento contínuo, por lanços sucessivos ou lanços alternados. No resto, se assemelham sobremaneira com a patrulha a pé, sendo sempre decisão do comandante os momentos em que devem ficar embarcados ou desembarcados para o cumprimento de sua missão.

2.3.3 Ações subsidiárias em faixa de fronteira

Conforme já explicado acima, o exército possuiu em faixa de fronteira (150 km a partir da fronteira) o dever legal de realizar ações subsidiárias, conforme Art 1º da LC 97/99. Diferente de operações de GLO, não há a necessidade da ordem do presidente da república,

pois nessa região possuem o poder de polícia, conforme descrito pelo At. 16-A da LC 136 de 25 de agosto de 2010, que modificou a LC 97/99:

> Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: I - patrulhamento; II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e III - prisões em flagrante delito. (Lei complementar 136, de 25 de agosto de 2010).

Assim sendo, atuará em coordenação com demais órgãos de segurança pública para a proteção da fronteira. Dentre tais missões de patrulhamento, previstas no inciso I do Art. acima, pode-se citar: o vasculhamento de área; patrulhamento de vias de transporte, patrulhamento terrestre, patrulhamento costeiro ou fluvial e patrulhamento aéreo (BRASIL, 2009).

Por sua vez, o inciso II irá caracterizar, em algumas situações, as missões de PBCVU e PBCFlu. A diferença entre os dois remete ao local onde estarão sendo realizados, em que o primeiro será em uma via urbana e o segundo em algum ponto fluvial. Eles são estabelecidos com a finalidade de “controlar o movimento da população da área, capturar APOP, cooperar com a interdição ao apoio externo, isolar a área e restringir a liberdade de ação das ameaças” (BRASIL, 2018). Eles podem ser permanentes ou inopinados, segundo Brasil (2018), e seus efetivos variados conforme o tempo da operação, finalidade, tamanho da via e seu fluxo. Vale ressaltar que os montados em locais aleatórios, com presteza e com pouco tempo de permanência, demonstram maiores resultados no quesito de apreensões, enquanto aqueles permanentes acabam adquirindo a finalidade de impedir o fluxo de APOP e de material ilícito por aquela via (BRASIL, 2018). Para possuírem uma maior efetividade, os postos de bloqueio e controle de via urbana ou fluvial devem ser estabelecidos em posições em que canalizem os movimentos de forma a dificultar o desbordamento por parte dos transeuntes. Cabe ressaltar que, havendo prática de crime, o Exército estaria respaldado pelo inciso III do referente artigo a realizar prisões em flagrante de delito.

Os Postos de bloqueio e controle são organizados: em um grupo de comando, composto pelo comandante do pelotão, adjunto de pelotão e pelo rádio operador; um grupo de via, que irá possuir a equipe de controle de tráfego (controlando o fluxo de veículos nas vias e seleciona os veículos que irão ser revistados), equipe de segurança aproximada (quem faz a segurança do revistador e conduz os presos para a equipe de guarda de presos) e pela equipe

de revista (militar que irá conduzir a revista nos civis e nos veículos); um grupo de reação, composto pela equipe de reação (estará em condições de intervir caso haja alguma ameaça ao PBC) e a equipe de guarda de presos (responsável pelas prisões e cuidados do preso, o afastando da região); e um grupo de patrulha, responsável pelo patrulhamento ostensivo em torno do PBC, garantindo a segurança afastada.

2.3.4 Patrulhas em ambiente de selva Amazônica

Segundo Brasil (2004), "a patrulha em área de selva é aquela preparada e equipada para operar, predominantemente em regiões que apresentem as características de selva". Tais características já foram abordadas neste trabalho. Essas peculiaridades acabam condicionando todo o material militar empregado, seja o equipamento, fardamento ou o armamento. Os reconhecimentos nesse ambiente acabam sendo limitados e restritos, com o Cmt devendo se basear nas informações existentes em cartas, fotografias, relatórios e guias, se disponíveis.

Tais operações na selva podem ser consideradas do seguinte modo:

> Todas as operações militares, exceto aquelas de natureza estritamente administrativa, realizadas por força de qualquer escalão no cumprimento de uma missão tática, cuja área de emprego esteja predominantemente coberta pela floresta tropical úmida. Elas serão um conjunto de todas ou algumas das seguintes operações: operações ribeirinhas; operações aeromóveis; operações aeroterrestres; operações contra forças irregulares. (BRASIL, 1997).

Portanto, a mescla de patrulhas com características especiais se torna algo natural e corriqueiro em tal ambiente. Ainda ressaltando a inferência dos inúmeros rios presentes, que foram abordados na parte de hidrografia, possuem como consequência uma grande quantidade de patrulhas fluviais. Assim, a preparação da tropa é de fundamental importância e, segundo Brasil (2004), devem estar preparadas para a sobrevivência na floresta e aclimatados com o ambiente. Segundo Brasil (1997), a influência de tal ambiente sobre o combatente gera fortes tensões, decorrentes do medo de soldados não acostumados. As características de monotonia em seu interior, ilusoriamente sempre igual, o calor, a alta umidade e a grande sensação de solidão agravam o já existente medo do desconhecido, podendo levar ao pânico. Por isso, é de fundamental importância o adestramento e a preparação psicológica antes de penetrar em tal ambiente, a fim de fazer da selva uma aliada.

Para Brasil (1997), os principais efeitos que a selva possui no homem é o forte desgaste físico decorrente do calor excessivo. Com a transpiração constante que pode levar a uma rápida exaustão, tornando-se imperativo que ao menos esteja adaptado ao clima. Além de

tal preparação física, é necessário que haja uma preparação cognitiva, necessitando de um conhecimento geral dos fundamentos de higiene pessoal, de medicina preventiva e de proteção individual contra plantas tóxicas, insetos nocivos e répteis venenosos. A atenção também se deve voltar para a necessidade da audição, que devido a restrição da visão recebe um destaque mais elevado, pois o homem treinado pode identificar ruídos de carregamento de armamento, ruido de facão na abertura de picadas, entre outros.

Segundo Brasil (1997), o ambiente amazônico exige equipamentos mais leves, resistentes e de menor tamanho. Ainda precisam de atenção devido à umidade no ambiente que gera uma necessidade de manutenção constante do armamento, principalmente no tocante à oxidação das partes metálicas. Deve-se ter atenção quanto a utilização do capacete, que não é recomendada devido ao calor que gera no couro cabeludo e barulhos que fazem ao se chocar com galhos, sendo o ideal a utilização de algo leve, que proteja de espinhos e não bloqueie a visão vertical do homem. Quanto ao seu armamento, deve ser leve para permitir levar mais munição e causar um menor desgaste, porém, seu calibre deve ter um alto grau de letalidade, ainda levando em consideração os diversos obstáculos de árvores, que podem parar munições em baixos calibres. Isso também implica na utilização de armamento não convencional, como balestras e armas de caça.

Como desenvolvido na parte das características amazônicas, o relevo amazônico, alta quantidade de água e cursos d'água, chuva constantes aliada a uma temperatura constantemente elevada dificultam sobremaneira o deslocamento da tropa a pé através de selva. A velocidade é justamente em função dessas características do terreno, portanto, não há um modo fácil de precisar a velocidade de um homem a pé, pois, além das características ambientais, há as condições de estado físico da tropa, equipamento e peso que cada um transporta e obstáculos em geral. Assim sendo, Brasil (1997) propõe marcar as etapas das marchas por meio do tempo e não da quilometragem. O normal será um alto a cada 50 minutos, com 30 minutos de pausa para o consumo da ração. Para fins de planejamento do Cmt Pa, o manual considera como 1000 metros por hora em floresta primária (não afetada pelo homem) e 500 metros por hora em floresta secundária (que sofreu alguma interferência humana em sua constituição).

Para concluir o tema das operações na selva segundo Brasil (1997), o Cmt Pa deve levar em consideração a logística necessária para o cumprimento da missão tendo em vista que terá dificuldades para aproveitar recursos locais e o ressuprimento em meio ao ambiente se torna praticamente impossível. Portanto, especial atenção deverá ser dedicada às

questões de saúde e material para 1º socorros, suprimentos em geral (sejam de munição, comida e água e gasolina) e ao seu pessoal (principalmente baixados e mortos).

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 METODOLOGIA

A pesquisa se utilizou do método indutivo, pois partiu de dados particulares, profusamente corroborados, com a finalidade de induzir uma verdade geral. Seguiu as seguintes etapas: observação de dados, análise dos fatos, formulação de uma hipótese e sua verificação. Com o intuito de pesquisar sobre a verdadeira relevância do emprego dos pelotões de infantaria de selva em patrulhas de reconhecimento contra crimes transfronteiriços na Amazônia, o método indutivo foi empregado, tendo em vista que foi utilizada a experiência dos militares entrevistados para se chegar ao objetivo predeterminado.

O método indutivo, segundo Roesler (2019), se baseia em uma generalização de propriedades comuns existentes a certo número de casos observados, em outras palavras, todas as ocorrências de fatos similares que poderão se verificar no futuro. Com sua escrita, “o grau de confirmação dos enunciados traduzidos depende das evidências ocorrentes. Portanto, o método indutivo é aquele com que, a partir de premissas menores pode-se chegar às generalidades” (ROESLER, 2019).

3.2 TIPO DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa exploratória, pois valeu-se de uma pesquisa bibliográfica – a qual buscava ambientar o leitor quanto às características do ambiente amazônico, os crimes transfronteiriços presentes na região norte do país e as patrulhas de reconhecimento existentes e suas peculiaridades na selva – e um questionário respondido por 42 oficiais, os quais possuíram experiências práticas no emprego de patrulhas de reconhecimento em ambiente de selva. A pesquisa teve uma abordagem quantitativa-qualitativa, buscando tanto uma coleta de informações e suas porcentagens como significados e motivos com “o principal objetivo de conhecer as percepções dos sujeitos pesquisados acerca da situação problema” (ROESLER, 2019).

Para atingir os objetivos, a pesquisa foi dividida em fases. A primeira consiste no estudo, em conjunto com o orientador, sobre a intenção da pesquisa e o tema que pudesse abranger tanto as patrulhas de reconhecimento na Amazônia como os crimes nessa região cometidos.

A segunda fase determinou o estabelecimento do tema e a pesquisa do referencial teórico, o qual fornece o respaldo para o início da seguinte fase.

A próxima busca formular o problema, que, neste trabalho, consiste em apurar a relevância do emprego dos pelotões de infantaria de selva em patrulhas de reconhecimento contra os crimes transfronteiriços na Amazônia.

No processo da terceira fase foi decidido o tipo de pesquisa e os métodos que seriam empregados para coletar informações acerca do objeto de estudo.

A quarta fase caracterizou-se pela coleta de dados no questionário realizado aos oficiais de infantaria que já fizeram patrulhas de reconhecimento e outras missões na região de selva amazônica. Os objetivos foram: a experiência dos oficiais em operações diversas na selva; as missões executadas no período em que estavam na região norte; os crimes transfronteiriços que presenciaram; conhecer as características da selva que mais favorecem a prática de crimes segundo os entrevistados; e entender a relevância de tais missões contra a prática dos crimes. Os dados foram coletados a partir de questionário virtual.

A última fase deu-se pela análise dos resultados obtidos por intermédio do questionário e, posteriormente, a discussão, relacionando-os com o referencial teórico já existente.

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

3.3.1 Questionário

Para Chizzotti (2000, p. 35):

> O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito [...] sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar.

Foi elaborado de forma objetiva, em uma série ordenada de 12 perguntas, buscando-se conhecer com maior exatidão o objetivo do trabalho. Ele é composto por 2 partes, sendo: o cabeçalho, me indicando como responsável pela pesquisa, os objetivos do estudo e o que se espera do informante; e o corpo das questões (perguntas referentes a pesquisa).

Esse questionário foi aplicado de forma on-line por meio da plataforma Google Docs, sendo respondido por 42 oficiais que possuem experiências com o emprego dos pelotões de infantaria em ambiente de selva, mais especificamente em patrulhas de reconhecimento. O

objetivo foi verificar primeiro a experiência que os oficiais possuem, coletando dados a respeito dos postos, do tempo que serviram na selva e da quantidade média de missões realizadas no período de um ano. A pesquisa também coletou dados de militares que já serviram em destacamentos especiais de fronteira. O segundo aspecto analisado é em respeito aos tipos de patrulhas realizadas, com uma questão perguntando especificamente sobre quais patrulhas de reconhecimento fizeram. A terceira parte da pergunta visa levantar dados a respeito dos crimes transfronteiriços encontrados em tais patrulhas. Depois, por meio de dados qualitativos, é fornecido um espaço para o entrevistado explicar o motivo pelo qual ele acredita que os crimes se desenvolvem em tais regiões. Por fim, ela busca entender a relevância que as patrulhas possuem contra a prática de tais crimes. As perguntas variavam em formato de fechadas, abertas ou mistas. Todas as perguntas estão disponíveis no anexo "A".

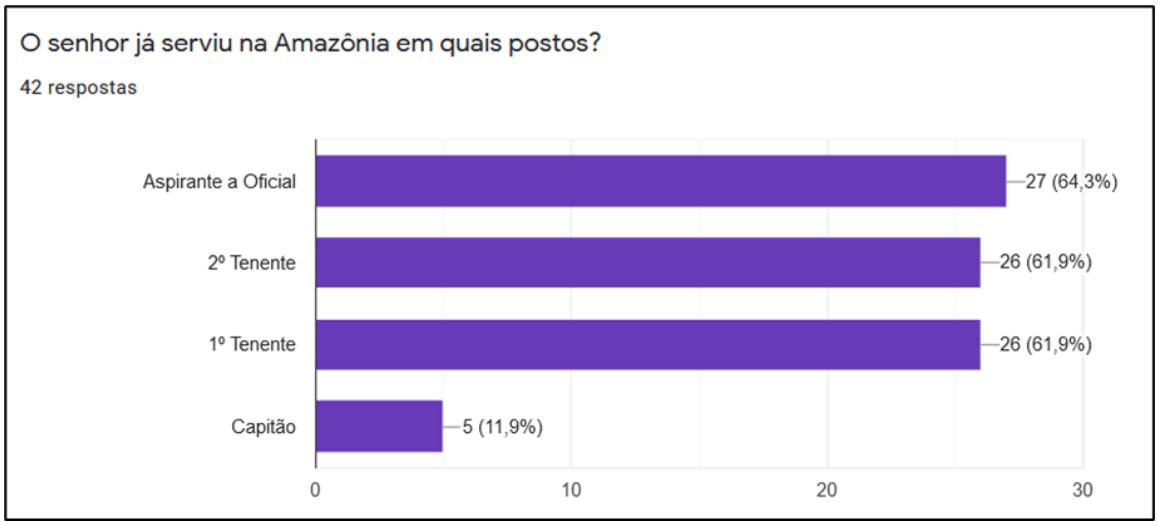
A escolha desse instrumento se justifica pela capacidade de obter um amplo número de oficiais que estão espalhados pelas diversas áreas do Brasil, apresenta uniformidade no momento em que será realizada a medição das respostas e, por ser um questionário anônimo, dá a liberdade aos informantes de dizerem o que quiserem a respeito das missões que já realizaram, evitando, assim, a quebra do sigilo das operações. É importante salientar que acrescenta também a opinião pessoal de cada profissional como fonte de conhecimento, algo que não pode ser encontrado em fontes documentais.

Para a escolha dos oficiais, optou-se por profissionais que detêm vinculação com o objeto de estudo e conhecimento na área pesquisada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário obteve a resposta de 42 oficiais de infantaria que já serviram na Amazônia como comandante de pelotão ou de Companhia e possuem experiência com missões reais. As primeiras questões buscam validar a experiência e a capacidade de operar em ambiente de selva a fim de respaldar a opinião de tais militares. Primeiro, foi verificado em quais postos serviram na selva (podendo responder mais de um).

Gráfico 1 – Posto dos entrevistados



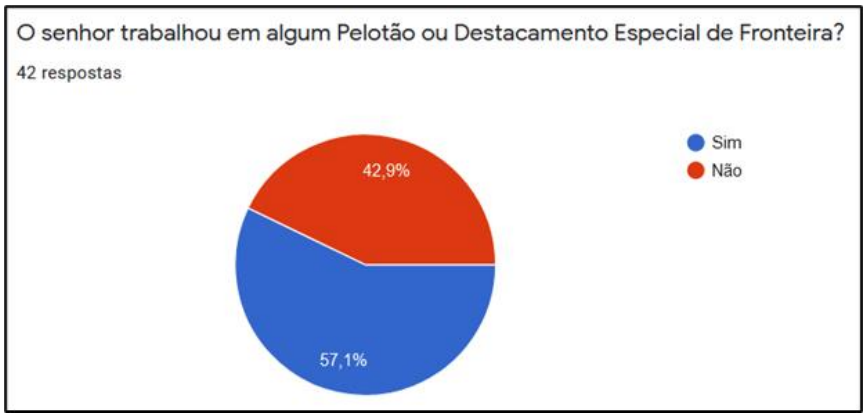
Fonte: AUTOR (2022)

Depois, foi delimitado o tempo em que cada oficial passou servindo no ambiente amazônico (gráfico 2), de forma a respaldar ainda mais as competências de cada entrevistado. Dividindo as respostas em intervalos de tempo específicos, 1 respondeu que permaneceu durante 1 ano, 28 responderam que permaneceram em um período de 2 anos e 13 afirmaram que permaneceram entre 3 a 5 anos, nenhum oficial permaneceu mais de 5 anos na selva. Ainda dentro do objetivo de demostrar competência, foi perguntado se tiveram a oportunidade de comandar um Pelotão Especial de Fronteira (gráfico 3), tendo em vista que se encontram nas regiões de faixa de fronteira, muito próximos a delimitação de fronteira entre os países do norte a oeste do Brasil, e por isso são instrumentos que o Estado dispõe como forma de tolher crimes transfronteiriços. Dentre as respostas obtidas foram 24 positivas e 18 negativas.

Gráfico 2 – Tempo de permanência na selva

Fonte: AUTOR (2022)

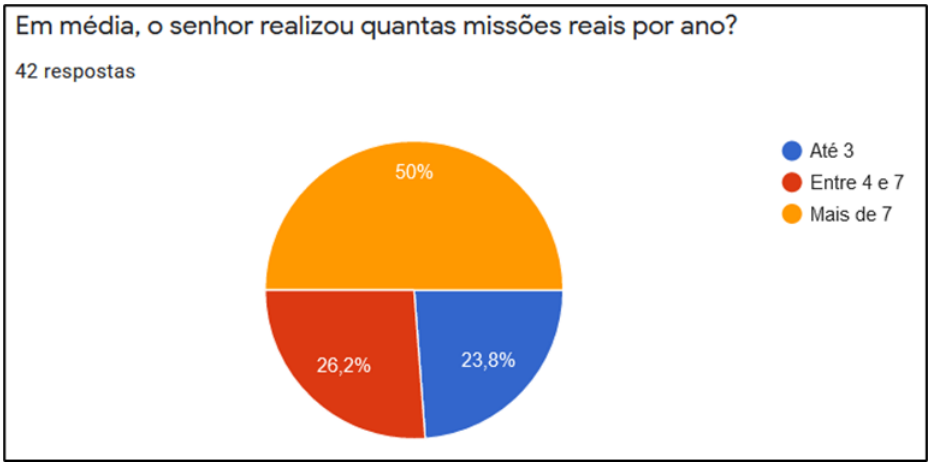
Gráfico 3 – Experiência com PEF



Fonte: AUTOR (2022)

O próximo aspecto observado foi com a intenção de conhecer o quantitativo em média de quantas missões reais por ano esses militares executaram (gráfico 4), demonstrando ainda mais a sua experiência e respaldo sobre o tema analisado. Dentre os entrevistados, 21 responderam que executaram mais de 7 missões reais por ano, 11 militares realizaram entre 4 e 7 missões e 10 afirmaram que concluíram até 3 missões. A conclusão, portanto, é de que todos possuem uma vasta experiência na prática real de missões.

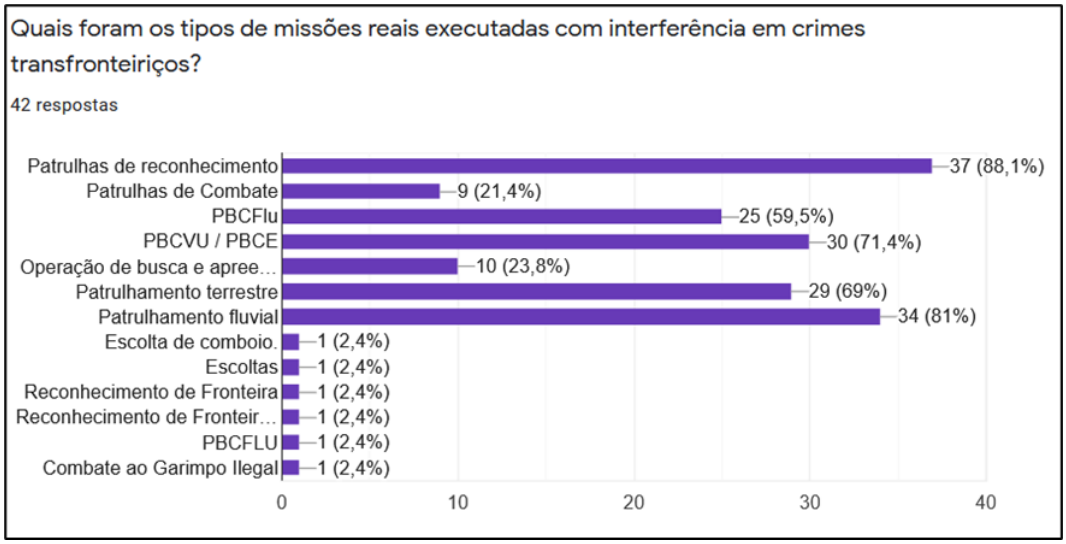
Gráfico 4 – Prática de missões reais em um ano



Fonte: AUTOR (2022)

A próxima pergunta objetiva obter informações a respeito de quais missões os oficias realizaram (gráfico 5), com algumas missões já pré-estabelecidas na resposta e um espaço aberto para acrescentar qualquer outra que já tenha executado.

Gráfico 5 – Missões executadas contra crimes transfronteiriços



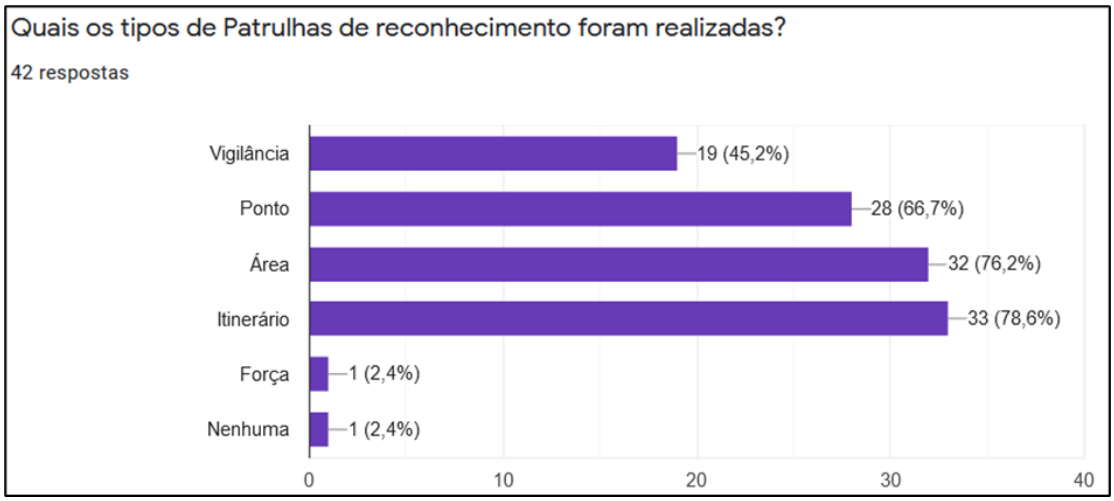
Fonte: AUTOR (2022)

Podemos observar que a maioria realizou patrulhas de reconhecimento (incluindo o patrulhamento terrestre e fluvial) e missões subsidiárias, como PBCVU, PBCFlu e Operação de busca e apreensão. Uma parcela menor ainda executou outras missões, mais ainda em cunho subsidiário, como escoltas e reconhecimento de fronteira. Essas missões podem gerar futuramente patrulhas de reconhecimento, pois adquirem informações que passadas ao escalão

superior causam linhas de ações que geram a necessidade de novas patrulhas. Também pode-se observar que 9 militares já executaram patrulhas de combate, ou seja, a principal linha de ação militar acaba sendo, ainda sim, patrulhas de reconhecimento (que podem ter gerado patrulhas de combate) e ações subsidiárias. Assim sendo, isso demonstra a importância das patrulhas de reconhecimento, tendo em vista que dentre todas as possibilidades de missões, elas é que acabam sendo as em maiores quantidades.

A próxima questão aborda mais especificamente quais tipos de patrulhas de reconhecimento que foram executadas (gráfico 6), sendo que o entrevistado poderia escolher dentre as 5 possíveis. Aqui, apenas um militar acusou como não executando nenhuma missão de reconhecimento, portanto, ao compará-lo com o universo de 42 militares, indica que do mesmo modo as missões de reconhecimento possuem um grande espaço no teatro de operações amazônico.

Gráfico 6 – Patrulhas de reconhecimento executadas



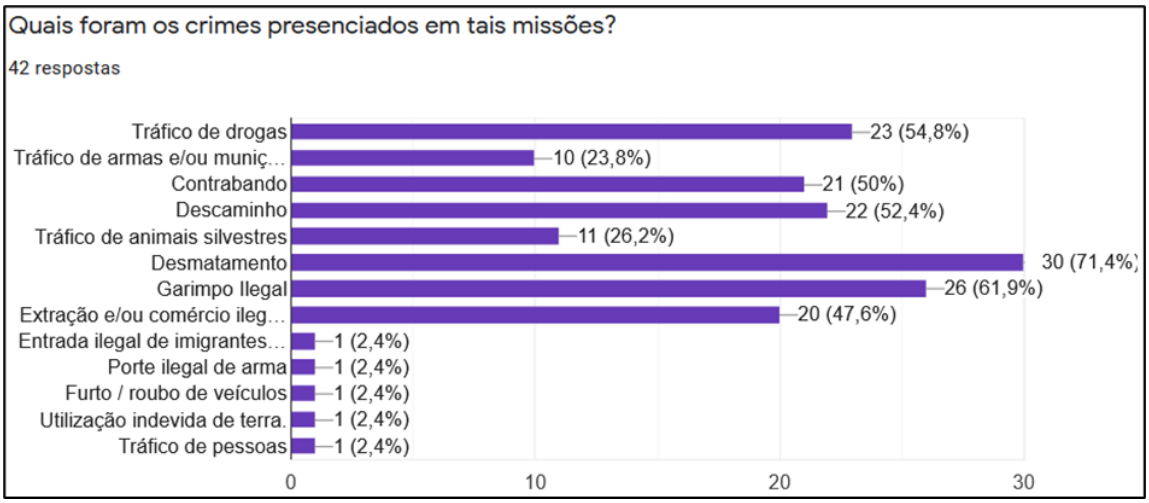
Fonte: AUTOR (2022)

Nota-se que as que mais se destacam são a de reconhecimento de itinerário, em área e em ponto. Isso deve-se ao fato da necessidade do escalão superior em obter informes da região fronteiriça, sendo que as duas que mais se destacam são justamente devido à necessidade de um reconhecimento em uma vasta área coberta de uma densa vegetação, difícil de ser fiscalizada. Aqui é possível citar as características do ambiente, já destacadas anteriormente, como principal responsável por essa distribuição de missões. A selva, sendo densa e repleta de rios, que muitas vezes são utilizados como meios para o crime internacional (seja de tráfico de drogas, armas, ouro, etc.), exige uma fiscalização constante de sua fronteira

e, devido a sua extensão, é fiscalizada de perto, com inúmeras patrulhas de itinerário como meio de coibir o crime organizado.

A sétima pergunta (gráfico 7) visa compreender quais foram os crimes transfronteiriços encontrados por esses militares durante as missões de reconhecimento da pergunta anterior. Com alguns crimes já previamente estabelecidos como resposta e um espaço para adicionar outra alternativa. Os crimes que mais se destacaram foram os crimes de: desmatamento, garimpo ilegal, tráfico de drogas, descaminho, contrabando e extração e/ou comércio ilegal de madeira. Podendo-se concluir que esses crimes são os mais enfrentados pelo Exército na região amazônica. Tal proporcionalidade demonstra a qualidade da terra como meio para o enriquecimento ilícito.

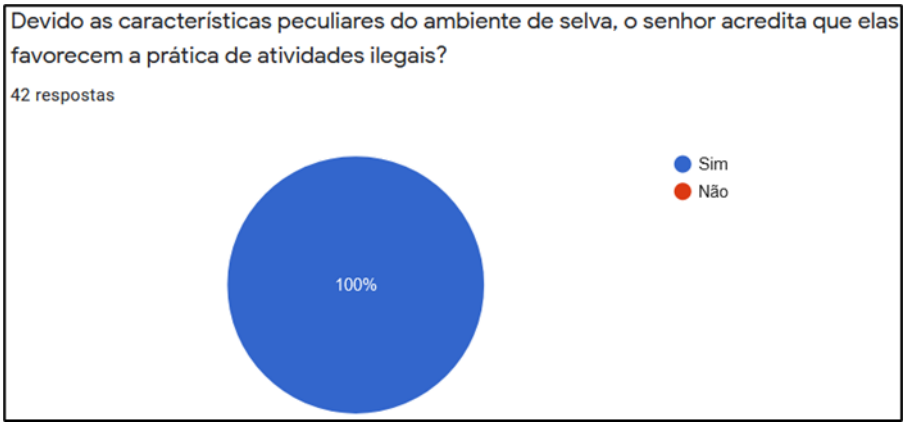
Gráfico 7 – Crimes transfronteiriços presenciados



Fonte: AUTOR (2022)

A oitava pergunta visa obter a opinião dos oficiais a respeito da correspondência entre os crimes praticados e as características da região (gráfico 8), sendo que todos responderam de forma afirmativa, concluindo, portanto, que o ambiente de selva é totalmente favorável aos crimes transfronteiriços. Essa conclusão se pode atingir após uma breve observação quanto ao que já foi exposto, pois as características da floresta latifoliada garantem aos criminosos proteção para a sua prática e, devido a riqueza natural, também é objeto de exploração.

Gráfico 8 – Correspondência entre as características da selva e os crimes na região

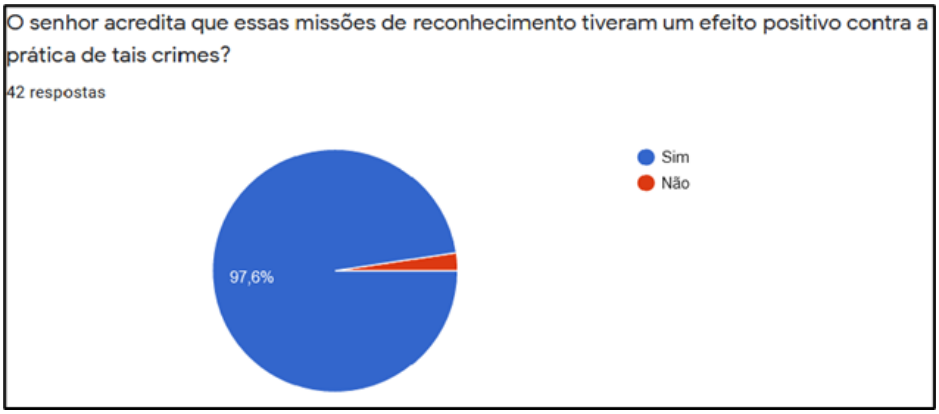


Fonte: AUTOR (2022)

Partindo para uma análise qualitativa, a próxima pergunta visa compreender, na visão dos entrevistados, quais são as características que mais favorecem tais práticas. Apesar de obter 42 respostas, muitas se assemelham, apenas se distinguindo no modo de dizer, porém, as características mais citadas foram: a grande extensão da área que não corresponde ao efetivo a ela destinado; falta de presença do Estado e sua dificuldade de fiscalização; facilidade de homizio e de camuflagem; dificuldade de acesso/dificuldade de deslocamento; alta quantidade de vias fluviais e terrestres e alta densidade da vegetação; a vastidão das características do ambiente operacional (aquelas já citadas na primeira parte desse trabalho); baixa densidade populacional; grande quantidade de riquezas naturais e a dificuldade logística.

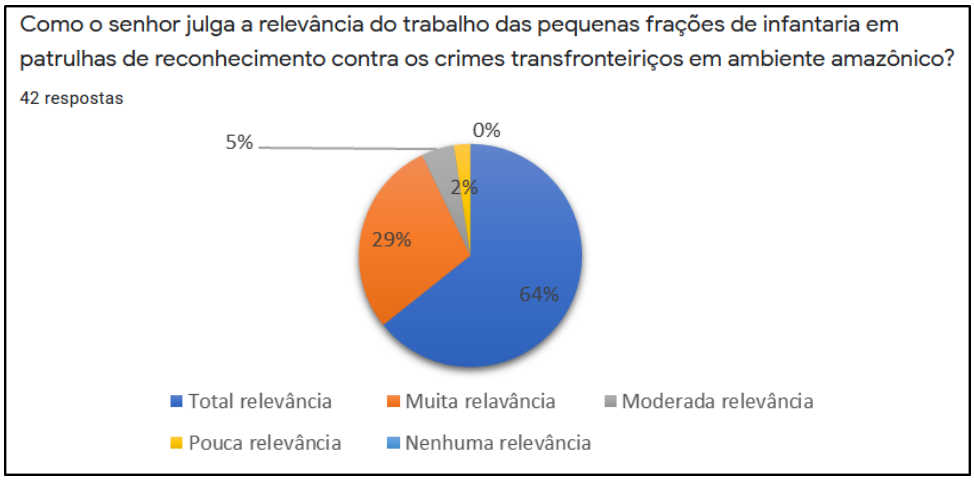
Como forma de combater tais práticas, o Estado se emprega do Exército, que realiza patrulhas na região, e com a finalidade de saber a efetividade desse meio, a seguinte pergunta adquire a opinião dos militares a respeito do efeito que tais missões obtiveram, sendo que 41 responderam positivamente e apenas um negativamente para a efetividade de mitigar crimes na área estudada, conforme gráfico 9.

Gráfico 9 – Opinião quanto ao efeito das patrulhas de reconhecimento



Fonte: AUTOR (2022)

Gráfico 10 – Relevância das patrulhas de reconhecimento



Fonte: AUTOR (2022)

Finalizando o questionário, a penúltima pergunta busca responder a relevância que tais patrulhas de reconhecimento possuem no combate aos crimes transfronteiriços, já buscando a resposta do objetivo deste trabalho. O resultado obtido foi que 27 acreditam que há total relevância, 12 muita relevância, 2 moderada relevância e 1 com pouca relevância. Com isso, pode-se concluir que, de forma geral, as patrulhas de reconhecimento possuem total influência e relevância ao combate aos crimes transfronteiriços e, por isso, são indispensáveis na região, agido como ferramenta do Estado para mitigar tais práticas ilegais.

A última questão é aberta e não obrigatória, deixando um espaço para considerações finais que o entrevistado gostaria de realizar. Dentre os que responderam voluntariamente essa questão, pode-se destacar o fator, nas palavras do entrevistado: “o maior objetivo de uma missão no ambiente de selva é a operação presença. Raramente um militar irá realmente plotar

um ilícito. Na maioria das vezes que é plotado é por denúncia.”. Esse aspecto foi evidência por 3 militares, ressaltando o Exército como um meio para marcar a presença do Estado e reduzir, por meio da dissuasão, os crimes na área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a relevância do emprego do pelotão de infantaria de selva em patrulhas de reconhecimento contra crimes transfronteiriços na Amazônia. Nessa alçada, verificou-se a grande magnitude dos pelotões como ferramentas que o Estado possui no combate aos diversos atos ilícitos e transfronteiriços que ocorrem na região.

Este trabalho analisou as características da região, ressaltando a hidrografia, a vasta mata densa presente na região e o relevo do terreno, muito mais acidentado do que uma simplória visão demonstraria. Tais aspectos influenciam sobremaneira na dificuldade de execução das missões de infantaria de selva, tais como a dificuldade de infiltração no terreno, necessidade de meios especiais para se locomover no ambiente e a quase impossibilidade de logística dentro da selva. Porém, esses fatos não impedem que o Exército atue de maneira exemplar na região, demonstrando, segundo a pesquisa e o questionário realizado, grande eficiência para mitigar os crimes transfronteiriços. A opinião dos entrevistados reforça as características das adversidades encontradas pelas tropas de infantaria de selva e também destaque à grande relevância que tais missões de reconhecimento possuem como mitigador na região amazônica.

O questionário evidenciou que a prática dos crimes é combatida pela atuação do Exército em patrulhas de reconhecimento e em missões subsidiárias, capazes de se opor frente a posição das forças adversas que se encontram na área, se destacando a capacidade militar de obter informes como meio para a criação de novas missões, meio de auxílio do escalão superior na tomada de decisões ou até mesmo como demonstração de presença na área, o que por si só já seria um meio para reduzir a atuação dos criminosos.

Por fim, sugere-se que seja realizado um estudo de como os pelotões de infantaria de selva podem ser empregados em missões de Operação de Coordenação e Cooperação com Agências (OCCA) com a finalidade de combater os crimes transfronteiriços a fim de facilitar seu emprego e diminuir as dificuldades presentes em tais missões.

REFERÊNCIAS

ABERDEEN, Escócia; AMBIENTE, Meio. **Dificuldades da gestão ambiental em áreas de fronteira**: investigando a origem dos conflitos. 2008, p. 1-19.

A CRÍTICA. **Mais de R$ 500 mil em mercadorias suspeitas são apreendidas pela Receita Federal em Manaus**. 2021. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/mais-de-r-500-mil-em-mercadorias-suspeitas-sao-aprendidas-pela-receita-federal-em-manaus>. Acesso em: 19 jan. 2022.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Biodiversidade brasileira**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de noticias /noticias /19511-biodiversidade-brasileira>. Acesso em: jan. 2022.

BARROS, Ciro. **A íntima relação entre cocaína e madeira ilegal na Amazônia**. Pública, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/08/a-intima-relacao-entre-cocaina-e-madeira-ilegal-na-amazonia/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRESSANE, Caco; BARROS, Ciro; BARCELOS, Iuri. **Em terra de índio, a mineração bate à porta**. Agência Pública, republicado por Combate Racismo Ambiental, 20 jun. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2Zx7IFH>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL, Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013. **Regula a compra, venda e transporte de ouro**; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12844.htm>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRASIL, Ministério da Defesa. **EB 70-CI-11.450**: Cadernos de instrução patrulhas. 1. ed. 2021.

BRASIL, Ministério da Defesa. **EB-70-MC-10.242**: Operação de garantia da lei e da ordem. 1. ed. 2018.

BRASIL, Ministério da Defesa. **C 21 75/1**: Patrulhas. 1. ed. 2004.

BRASIL, Ministério da Defesa. **CI 7-10/1**: Pelotão de fuzileiros. 1. ed. 2009.

BRASIL, Ministério da Defesa. **IP 90-1/1**: Assalto aeromóvel e infiltração aeromóvel. 1. ed. 2000.

BRASIL, Ministério da Defesa. **IP 21 80**: Sobrevivência na Selva. 2. ed. 1999.

BRASIL, Ministério da Defesa. **IP 72-1**: Operações na Selva. 1. ed. 1997.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. **Brazil** - The World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/brazil/>. Acessado em: 06 jan. 2022.

CHARITY, Sandra; FERREIRA, Juliana Machado. **Wildlife trafficking in Brazil**. Overview of the Illegal Wildlife Trade in Brazil. Cambridge: TRAFFIC, 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COLOMBIA, Instituto amazónico de investigaciones científicas (SINCHI). **Balance anual sobre el estado de los ecosistemas y el ambiente de la Amazonia colombiana 2006**. Bogotá: Ministerio de Ambiente Vivienda y Desarrollo Territorial – Sinchi, 2007.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA. **Exército realiza operação de contrabando e descaminho**. 2017. Disponível em: <https://www.cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/exercito-realiza-apreensao-de-contrabando-e-descaminho>. Acesso em: 20 jan. 2022.

COUTO, Aiala Colares. **Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, v. 05, n. 02, p. 64-81, jul./dez. 2018.

DANTAS, M. E.; MAIA, M. A. M. **Geodiversidade do estado do amazonas**. Compartimentação Geomorfológica. Manaus: CPRM, 2010. p. 29-43.

DAMIÃO MISSAGGIA, Adélio; JIMENÉZ SERRANO, Pablo; RAMOS PASSOS, Raphael. **Vade Mecum Acadêmico de Direito Militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jurismestre, 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. **Infraestrutura aquaviária**. Novembro, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/aquaviario/atlas-aquaviario/atlas_vf_novembro_compressed-1.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2022.

FARIAS, Elaíze. **Amazônia em chamas**: 90% da madeira exportada é ilegal, diz Polícia Federal. Brasil de Fato, 16 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/16/amazonia-em-chamas-90-da-madeira-exportada-sao-ilegais-diz-policia-federal>. Acessado em: 15 fev. 2022.

INSIGHT CRIME. **Latin American Leaders Demand Action on Illicit Arms Trafficking**. 2011. Disponível em: https://insightcrime.org/news/analysis/brazil-police-say-sea-is-new-arms-trafficking-frontier/. Acesso em: 25 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Amazonas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 06 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Bacias e divisões Hidrográficas do Brasil**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101854>. Acesso em: 07 de jan. 2022.

INSTITUTO ESCOLHAS. **Brasil exportou 29 toneladas de ouro em 2020 e parte dela extraída em garimpos ilegais na Amazônia, estimulada pelo preço do ouro no mercado internacional**. 2020. Disponível em: <https://www.escolhas.org/brasil-exportou-29-toneladas-de-ouro-em-2020-e-parte-dela-extraida-em-garimpos-ilegais-na-amazonia-estimulada-pelo-preco-do-ouro-no-mercado-internacional/#>. Acesso em: 30 jan. 2022.

KOLK, Ans. **Forests in International Environmental Politics**. Utrecht: International Books, 1996.

LEITE, Rebeca Lages. **Tendências atuais sobre o tráfico internacional de armas na américa do sul**: o papel do Brasil. A participação do Brasil no Tráfico Internacional de Armas. Orientador: Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira. 2018. 83 f. TCC (Graduação) – Relações Internacionais, Centro de ciências sociais aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13935/1/RLL27.03.2019.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MARQUES, A. A. **Amazônia**: pensamento e presença militar. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARTU, Amadeus Martins. **A narcoguerrilha na fronteira Amazônica**: uma questão de soberania e integridade territorial. A defesa Nacional. v. 833, n. 793, p. 80-96, maio/ago., 2002.

MEDEIROS FILHO, O. **Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas**: entre a border e a frontier. Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares, v. 14, n. 49, p. 77-97, 21 jan. 2020.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança regional e política externa brasileira**: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006. 2009. 281 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PRANCE, G. T. **1997 "Notes on the Vegetation of Amazonía III**. **The terminology of Amazonian Forest Types Subject to Inundation"**. Bronx: Brittonia, vol 31, Nº1, 1979.

PRANCE, G. T. et al. **The Tropical Flora Remains Undercollected**. St. Louis: Missouri Botanical Garden Press, 2000. v. 87, p. 67-71.

PHEBO, Luciana; FERNANDES, R. C. NASCIMENTO, Marcelo. **The Impact of Firearms injuries on Public Health in Brazil**. Instituto de Estudos da Religião, Rio de Janeiro, 2005.

POLÍCIA FEDERAL - PF. **Drogas apreendidas por UF – série histórica de 1995 a 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/acesso-a-informacao/estatisticas/diretoria-de-investigacao-e-combate-ao-crime-organizado-dicor/drogas_apreendidas_por_uf.pdf/view>. Acesso em: 12 jan. 2022.

REED, Sarita. **Investigando a Mineração Ilegal de ouro na Amazônia**. Global Investigative Journalism Network, 25 out. 2021. Disponível em: <https://gijn.org/2021/10/25/mineracao-ouro-ilegal-amazonia/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ROESLER, Rafael, et al. **Iniciação à pesquisa científica**. Academia Militar das Agulhas Negras. 2. ed. Resende, 2019.

SILVEIRA, E. Nunes. **Contrabando e Descaminho na Zona Franca de Manaus**. Cartilha Jurídica. v. 29BD, nº 29, Brasília, fev. 1995.

SMALL ARMS SURVEY. **As armas e a cidade**. Mapeando um país dividido: Violência por armas de fogo e urbanização. Cambridge, capítulo 7, 2007.

SMALL ARMS SURVEY. **Trade Update 2017**: Out of the Shadows. 2017. Disponível em: <https://www.smallarmssurvey.org/sites/default/files/resources/SAS-Trade-Update-2017.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

THOMAS, Raju. **What is Third World Security?** Annu. Rev. Polit. Sci., Milwaukee, Wisconsin, v. 6, n. 6, p.205-232, jan. 2003.

UNODC. **World Drug Report 2014**. New York: UNODC, 2014. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpobrazil//Topics_drugs/Publicacoes/World_Drug_Report_2014_web.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

UNODC**. World Drug Report 2021 (United Nations publication, Sales No. E.21.XI.8)**. Washington: UNODC, 2021. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/research-on-drug-trafficking.html>. Acessado em: jan. 17 de 2022.

VAZ, G. S.; KELM, R. G.; DE MENEZES, T. B.; KIST, J. S.; LANGE, M. L.; BACEDO, K. B. **O Brasil frente às Novas Ameaças**: medidas de combate ao narcotráfico na fronteira amazônica. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/o_brasil_frente_as_novas_ameacas_medidas_de_combate_ao_narcotrafico_na_fronteira_amazonica.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

VIEIRA, Mariana Albuquerque Regina de Mattos; SHEPARD, Glenn H. **Olhares cruzados sobre as relações entre seres humanos e animais silvestres na Amazônia (Brasil, Guiana Francesa)**. “A anta tem muita ciência”: racionalidade ecológica e ritual da cala entre ribeirinhos amazônicos. Manaus: EDUA, 2017.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO

Questionário: O emprego dos pelotões de infantaria de Selva em patrulhas de reconhecimento

O questionário foi composto pelas questões que virão a seguir. Vale ressaltar que nas alternativas que possuem múltipla escolha só é possível selecionar uma única resposta, enquanto nas alternativas de caixa de seleção o entrevistado poderia marcar mais de uma resposta. Algumas reservam um espaço para que o entrevistado responda livremente.

1) O senhor já serviu na Amazônia em quais postos? (caixa de verificação)

a. Aspirante a Oficial

b. 2º Tenente

c. 1º Tenente

d. Capitão

2) Por quanto tempo o senhor serviu ou serve na Amazônia? (múltipla escolha)

a. 1 ano

b. 2 anos

c. De 3 a 5 anos

d. Mais de 5 anos

3) O senhor trabalhou em algum Pelotão ou Destacamento Especial de Fronteira? (múltipla escolha)

a. Sim

b. Não

4) Em média, o senhor realizou quantas missões reais por ano? (múltipla escolha)

a. Até 3 missões

b. Entre 4 e 7 missões

c. Mais de 7 missões

5) Quais foram os tipos de missões reais executadas com interferência em crimes transfronteiriços? (caixa de verificação)

a. Patrulhas de Reconhecimento

b. Patrulhas de Combate

c. PBCFlu

d. PBCVU / PBCE

e. Operação de Busca e apreensão

f. Patrulhamento Terrestre

g. Patrulhamento Fluvial

h. Outros (espaço vazio para preenchimento caso a alternativa não se encontra nas anteriormente listadas)

6) Quais os tipos de missões de reconhecimento que foram realizadas? (caixa de verificação)

a. Itinerário

b. Ponto

c. Área

d. Vigilância

e. Força

7) Quais foram os crimes presenciados em tais missões? (caixa de verificação)

a. Tráfico de drogas

b. Tráfico de armas e/ou munições

c. Contrabando

d. Descaminho

e. Tráfico de animais

f. Desmatamento

g. Garimpo ilegal

h. Extração e comércio ilegal de madeira

i. Outros (espaço vazio para preenchimento caso a alternativa não se encontra nas anteriormente listadas)

8) Devido as características peculiares do ambiente de selva, o senhor acredita que elas favorecem a prática de atividades ilegais? (múltipla escolha)

a. Sim

b. Não

9) Explique o porquê da resposta anterior: (resposta livre)

a. (Espaço em branco para preenchimento do entrevistado)

10) O senhor acredita que essas missões de reconhecimento tiveram um efeito positivo contra a prática de tais crimes? (múltipla escolha)

a. Sim

b. Não

11) Como o senhor julga a relevância do trabalho das pequenas frações de infantaria em patrulhas de reconhecimento contra os crimes transfronteiriços em ambiente amazônico? (múltipla escolha)

a. Total relevância

b. Muita relevância

c. Moderada relevância

d. Pouca relevância

e. Nenhuma relevância

12) Espaço livre para o senhor escrever algo que deseja a respeito da pesquisa (resposta livre).

a. (Espaço em branco para preenchimento do entrevistado)